

ISSN 2318-0676

DOCTRINA

E@D

Grupo de Estudo de Educação a Distância

julho/2013



*E*ducação Profissional
*@D*istância

*Relatos
históricos*

CENTRO PAULA SOUZA



Comissão Editorial

Sasquia Hizuru Obata
Dilermando Piva Júnior
José Vítório Sacilotto
Luiz Antônio Koritiake
Rogério Teixeira

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Diretora Superintendente

Laura Laganá

Vice-Diretor Superintendente

César Silva

Chefe de Gabinete da Superintendência

Elenice Belmonte R. de Castro

Unidade de Ensino Médio e Técnico

Coordenador

Almério Melquiades de Araújo

Grupo de Estudo da Educação a Distância

Diretor

Rogério Teixeira

Equipe

Adelina Maria Lúcio
Adriano Bocardo
Bianca Santarosa
Carlos Augusto de Maio
Cesar Bento de Freitas
Claudia Pereira Gomes Fló
Daniel Cesário
Divina Maria Bertalia
Ester Jesus dos Santos
José Ferrari Júnior
Juçara Maria M. S. Santos
Juliana Leal Saula
Lidia Ramos Aleixo de Souza
Luiz Felipe Costa Gouveia
Maria José Grandó Rovai
Nelson Henrique Jouclas
Rogério Barbosa da Silva
Sandra Regina Tonarelli Rodrigues
Thiago Tadeu de Oliveira
Welignton Luis Sachetti



Grupo de Estudo de Educação a Distância
Praça Cel. Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro - São Paulo
- SP - CEP: 01124-210 - Tel/Fax.: (11) 3327-3000
geead@centropaulasouza.sp.gov.br

Diretrizes para Submissão e Publicação de Trabalhos

Estas diretrizes editoriais têm o objetivo de garantir instruções para submissão e publicação na revista **DOCTRINA E@D**, a qual é uma iniciativa do Grupo de Estudo de Educação a Distância (GEEaD) do Centro Paula Souza, de periodicidade semestral, cujo objetivo é realizar a promoção e divulgação de pesquisas na área de educação a distância.

Os artigos produzidos deverão ser inéditos e serão submetidos à análise da Comissão Editorial, a qual poderá ou não aceitar tais artigos, e eventualmente, sugerir modificações ao(s) autor(es), a fim de adequar os textos à publicação. O GEEaD e a Comissão Editorial não se responsabilizam pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos nos textos, por estes serem de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Todos os trabalhos serão submetidos à leitura de, no mínimo, dois pareceristas da Comissão Editorial, sendo garantido sigilo e anonimato tanto do(s) autor(es) quanto dos pareceristas.

Os nomes e demais dados do(s) autor(es) informados serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

As sínteses dos pareceres, em caso de aceite condicionado ou recusa, serão encaminhadas, pela Comissão Editorial, exclusivamente ao(s) autor(es).

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico geead@centropaulasouza.sp.gov.br, sob o título "submissão para publicação **DOCTRINA E@D**", devem ser redigidos utilizando Microsoft Word e com páginas numeradas. Devem, ainda, ser acompanhados, em arquivo separado, de mini currículo (4 a 6 linhas) e da autorização, cujo modelo encontra-se ao final destas diretrizes.

O artigo deve conter em sua estrutura Título, Resumo, Palavras-chave, Introdução, Desenvolvimento e Conclusão/Considerações Finais. Deve considerar adequado tratamento para citações, correta indicação para ilustrações, tabelas e gráficos e apresentar a exposição de referencial utilizado.

A escolha, pela Comissão Editorial, dos artigos para publicação priorizará a relevância e atualidade do tema e a abrangência do estudo. Cada parecerista, de forma individual, efetuará a análise, considerando o que se segue:

- a) pauta nos aspectos técnicos do artigo, independente de o material ser controverso, contraditório ou mesmo contrário às suas teorias às teses em uso, mas que, tecnicamente, esteja adequado aos padrões de qualidade da revista **DOCTRINA E@D**.
- b) o parecerista, em sua análise, poderá sugerir adequações quanto às terminologias utilizadas pelo(s) autor(es).
- c) será recusado o artigo que fizer alusão depreciativa a qualquer indivíduo quer seja no âmbito pessoal ou profissional.

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu, (nome completo), portador R.G. nº (nº R.G.), autorizo a publicação do artigo (título do artigo), na revista **DOCTRINA E@D**, estando de acordo com todas as suas Diretrizes de Publicação.

Observação: no caso de vários autores, basta que um preencha a autorização e informe os dados dos demais:

Nome completo:

Endereço completo:

Email:

Telefone:

Mais informações em telecursotec.cpsctec.com.br/doctrina

Esta edição apresenta artigos que resgatam a história da Educação a Distância no Centro Paula Souza. Foi feito o levantamento do que ocorreu nesta modalidade de ensino na Instituição desde seu início até os dias de hoje.

Os autores foram convidados, pois a equipe editorial sabia que poderiam contribuir com a escrita e registro desta história. Um autor não teve acesso ao trabalho do outro durante o processo de criação e produção, de forma que, como o leitor perceberá, os artigos se tangenciam em algumas situações.

Esta foi uma medida intencional, assim como deixar o formato livre, para que cada qual se sentisse confortável em contar a história da forma como a vivenciou.

Mais uma vez, nossos agradecimentos aos autores.

Equipe Geead

SUMÁRIO

Capacitação a Distância para Professores e Funcionários / Estagiários do CPS - Um pouco de história.	4
Educação a Distância: Um Mito a ser Desfeito, um Desafio a ser Enfrentado.	8
A Concepção do Projeto Telecurso TEC.	15
Trajetória da Educação Profissional Técnica a Distância no Centro Paula Souza - Anos de Histórias, em Dados.	20
A implantação do Telecurso TEC: relatos de uma experiência de supervisão escolar em educação a distância.	30
A Educação a Distância no Ensino Superior do Centro Paula Souza.	39

CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA PARA PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS/ ESTAGIÁRIOS DO CPS - UM POUCO DE HISTÓRIA

Prof. Oswaldo Camilo Giorgi

A partir de 1998, ficou estabelecido no plano de metas da Coordenadoria do Ensino Técnico (CETEC), antiga Coordenação de Ensino do Segundo Grau (CESG), do Centro Paula Souza (CEETEPS) que as capacitações deveriam ser oferecidas a cerca de 30% dos professores, coordenadores de área e supervisores de estágio, ou seja, cerca de 1500 pessoas. Fazia parte também das metas de 1998 promover a capacitação gerencial e pedagógica de Diretores e Assistentes de Direção.

Em 1999, no plano de metas, foi mantida a Capacitação Técnica e Pedagógica para 30% dos professores. Foi oferecido aos diretores das escolas o Curso de Planejamento e de Administração Estratégicos e, para os Coordenadores de Área, foi oferecido o Curso de Planejamento Curricular e de Avaliação, visando a construção de competências.

Em 2000, foi programada uma capacitação para 30% dos professores, focada nas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e nas competências de cada Área Profissional.

Em 2001, a capacitação foi direcionada para os coordenadores, agrupados por área profissional e de conhecimento, para que adquirissem a competência de acompanhar e avaliar os currículos reestruturados e implantados em 2001. Foi disponibilizada também, para 20% dos professores do CEETEPS, uma capacitação que abordava o tema: como trabalhar, de forma interdisciplinar e contextualizada, questões-problema e projetos.

Como se pode observar, analisando parte das informações contidas nos planos de metas da CETEC, a partir de 1998 houve uma relevante preocupação com os projetos de capacitação dos docentes. As verbas destinadas a esses projetos visavam, essencialmente, pagar os serviços prestados pelos palestrantes, atividades desenvolvidas pelos coordenadores e o transporte dos professores que participavam dos eventos, uma vez que, eles se distribuíam por cerca de 100 unidades, do Ensino Médio e Técnico, alocadas em 82 municípios do Estado de São Paulo. Convém ressaltar que as capacitações eram normalmente realizadas nas dependências do Edifício da Administração Central do CPS, localizado na Praça Coronel Fernando Prestes, 74 no Bairro do Bom Retiro, Centro de São Paulo.

A cultura da capacitação aos poucos começava a ser incorporada, pois a formação em serviço começa a se tornar uma realidade no CEETEPS motivada pela alta rotatividade dos docentes. Porém paralelamente iniciava-se um processo de questionamentos, por parte dos diretores, quanto ao aumento significativo de ausência de docentes nas unidades em dia de capacitação no CEETEPS. Este estado de coisas acabava acarretando sérios problemas de gerenciamento da parte disciplinar dos alunos, que por não terem aula e nem atividades

que viessem substituir a ausência do professor, ficavam perambulando pelos espaços da escola comprometendo assim o seu funcionamento. O controle e o cumprimento do conteúdo programático das disciplinas que tinham docentes envolvidos nos processos de capacitação também ficava muito comprometido.

Em 2000, no CEETEPS, iniciou-se um processo de contenção de despesas o que acabou comprometendo de maneira significativa as capacitações em serviço, pois os projetos passavam por uma análise muito mais criteriosa antes de serem aprovados, uma vez que o número de HAEs tinha sido reduzido drasticamente. Por sua vez, os dirigentes das unidades, criavam mecanismos para controlar a liberação do professor, das aulas que ministrariam nos dias dos encontros de capacitação, dentre os quais podemos destacar: o professor só poderia participar se o encontro acontecesse em dia que ele não tivesse aula na unidade; só poderia participar um professor por disciplina, ficando a critério da direção definir qual disciplina, em situações em que aconteciam capacitações simultâneas, etc. Tais atitudes começaram a interferir de maneira significativa na participação dos professores nos eventos, pois constatavam-se as enormes discrepâncias entre o número de professores inscritos, confirmados e presentes nos eventos.

A título de exemplo, pode-se destacar a capacitação ministrada, com duração de 6 horas, no período de agosto a outubro/2000, cuja finalidade era ensinar os professores a construir sua página para a Internet (Home Page).

Neste período a CETEC recebeu a inscrição de 468 interessados dos quais apenas 317 compareceram. Há de se mencionar ainda a recusa de 60 inscrições por falta de datas no calendário, pois em cada evento só era permitida a participação de um professor por computador, totalizando 10 professores por dia de curso. Analisando os números pode-se salientar que: aproximadamente 10% dos professores do CEETEPS inscreveram-se ou mostraram interesse em participar do evento, e dos que tiveram sua inscrição aceita 32%, (151) não compareceram.

Esses dados mostram fortes indícios das restrições, impostas pelos diretores à participação dos docentes nos eventos promovidos pela CETEC do CEETEPS. Esta foi uma das últimas atividades, envolvendo docentes, do ano de 2000, sob o comando de um Professor Responsável por Projetos.

Em 2001, com a implantação de um projeto de macro capacitação, com duração de um ano, no qual estavam envolvidos todos os Professores responsáveis por disciplinas (PRDs) comandados pela coordenadoria da CETEC, para atender a aproximadamente 600 professores e coordenadores que iriam trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada, havia uma reserva da verba de transporte e isto impedia que qualquer outra iniciativa relacionada com qualquer outro projeto

acontecesse, pois os eventos só poderiam ocorrer, preferencialmente, aos sábados ficando o custeio das passagens sob responsabilidade do participante.

No último quadrimestre de 2000, a CETEC resolve apoiar iniciativas de integrantes de sua equipe técnica, na implantação de cursos de capacitação docente a distância utilizando a Internet como veículo de comunicação. Tal atitude visava buscar uma possível alternativa que viesse a minimizar as dificuldades por que passavam as capacitações presenciais em serviço, ou mesmo, quem sabe, encontrar uma nova opção para a capacitação continuada em serviço. Foram duas as iniciativas voltadas para a capacitação a distância. Enquanto uma trabalhava com um grupo de professores de Biologia desenvolvendo temas relacionados com a Genética, utilizando um grupo de discussão, o outro, disponibilizava, na Internet, um curso de construção de imagens animadas. O primeiro curso piloto, totalmente a distância, recebeu o nome de Construção de GIFs Animados (Graphics Interchange Format) e teve origem em outra capacitação, de natureza presencial, cuja denominação era “Construção de Home Page para principiantes”. Esta nova modalidade de capacitação era um projeto inédito na CETEC, tinha duração de 3 horas, e era restrito aos professores e funcionários do CPS que já tinham participado do curso, presencial, de construção de home page. O objetivo do curso era permitir a construção de pequenos “filmes” para serem utilizados em Home Page (HP) hospedadas na Internet e este disponibilizado a partir de setembro de 2000.

Tal iniciativa visava continuar estimulando tanto professores como funcionários do CEETEPS, a participar dos processos de capacitação promovidos pela CETEC, além de criar uma nova cultura, na qual a distância, local e restrições impostas pelos dirigentes das UEs deixariam de ser obstáculos, e ainda vir a estimular ainda mais a capacitação continuada em serviço. O critério restritivo adotado para aceitar a inscrição nesta nova modalidade de capacitação deveu-se a:

- Incentivar o professor/funcionário, que fez o curso de construção de Home Page, de natureza presencial, a prosseguir seus estudos investindo na capacitação continuada em serviço e adquirir novas competências;
- Sendo o produto gerado no curso, um componente frequentemente empregado em páginas da rede mundial de computadores, o professor/funcionário já deveria ter uma HP hospedada na Internet, para que nela pudesse colocar o trabalho criado no curso a fim de ser avaliado.

Os pontos positivos que mais contribuíram, na época, para a criação de novos cursos na modalidade a distância foram: aceitação crescente desta nova metodologia empregada nas capacitações por parte da comunidade do CEETEPS; quase que a totalidade das Unidades de Ensino da Instituição já possuíam conexão com a Internet; aumento significativo de transmissão de informações da CETEC para as Unidades de Ensino feita por e-mail; economia de verbas destinadas ao custeio dos transportes dos professores (em média estimava-se R\$ 50,00 por professor em cada curso que participava); extinção dos problemas gerados pelas aulas que deixavam de ser ministradas pelos professores participantes; eliminação das viagens até São Paulo para participar das capacitações; baixo rendimento do professor, em sala de aula,

no dia posterior ao curso em São Paulo, após viajar a noite toda de regresso para sua cidade; fim do transtorno causado, ao setor administrativo da unidade, com a ausência do professor que participava dos cursos de capacitação; prejuízo dos alunos relacionados com conteúdo programático que deixava de ser ministrado com a ausência do professor; a modalidade a distância permite ao professor fazer o curso quando, como e onde desejar, levando em conta a sua própria velocidade de aprendizado; o professor tem a oportunidade de utilizar correio eletrônico (e-mail), telefone, etc, sempre que necessitar, com a finalidade de remover suas dúvidas; indisponibilidade de tempo dos professores para poderem participar dos eventos nas datas oferecidas para os cursos na modalidade presencial; omissão ou esquecimento da divulgação das datas em que iriam acontecer os eventos de capacitação no CEETEPS; o não comparecimento do professor, no dia da capacitação, por motivo de ordem particular.

Por sua vez o CPS criou o Grupo de Ensino a Distância da Pós-Graduação (GE@ADI) Projeto FAPESP nº 00/11567-1 cuja finalidade era realizar uma série de estudos e pesquisas direcionados à implementação da metodologia de ensino a distância, tendo em vista o ensino técnico e tecnológico. O projeto contava com a participação de cerca de 10 professores de ETECs e FATECs, e era coordenado pela Professora Dra. Helena G. Peterossi.

Os principais aspectos que dificultavam a adoção da capacitação a distância na comunidade do CEETEPS eram:

a) as UEs apresentavam um sistema deficiente de divulgação das informações emanadas principalmente da CETEC; **b)** modestos investimentos em pesquisa nesta nova metodologia de capacitação. **c)** ausência de cursos relacionados com o campo de atuação específico do docente acabavam afastando-o do processo e fazendo com que não se motivasse a participar de outras modalidades de treinamento; **d)** professores com jornada de trabalho excessiva em diversas instituições; **e)** a maioria dos professores tinham pouco conhecimento de informática; **f)** poucos docentes possuíam computador em sua residência com conexão à Internet; **g)** a maioria das UEs não disponibilizavam computadores para que os professores pudessem usar com seus alunos nas aulas regulares; **h)** poucas UEs disponibilizavam Internet nas salas dos professores; **i)** ausência de incentivos tanto do CPS como das UEs para que os professores participassem das capacitações a distância; **j)** falta de uma política institucional que incentivava a produção de cursos de capacitação a distância; **k)** falta de divulgação e esclarecimentos a respeito das metodologias empregadas nas capacitações a distância visando atestar sua credibilidade; **l)** a instituição não investia na criação de um programa de capacitação nas novas tecnologias visando preparar e treinar professores para que se tornassem multiplicadores.

Em 27 de novembro de 2000, a CETEC passou a disponibilizar, via Internet, a toda comunidade do CPS, o curso “construção de páginas eletrônicas para serem hospedadas na Internet, para principiantes”, só que agora na modalidade totalmente a distância. Esperávamos com isso que pelo menos parte de alguns objetivos, abaixo descritos, fossem atingidos: a) manutenção da motivação pela participação nas capacitações, da CETEC; b) os docentes, que pela falta de capacitações presenciais e quase nenhum contato com o PRD de sua disciplina, mudassem sua opinião a respeito da possível extinção da CETEC, no CEETEPS, coordenadoria esta que os tinha ajudado e muito na melhoria da qualidade de suas aulas; c) reduzir os custos com as

capacitações e atender a um número muito maior de interessados; d) que o professor aprendesse a se instruir com o material que lhe era apresentado, não importando a hora, o local e nem como era feita essa apresentação; e) o professor aprenderia a aliar a educação com novas tecnologias que empregavam alta interatividade; f) os professores seriam motivados a participar de novas experiências e a aceitar novos desafios; g) aprender a se disciplinar e a seguir rotinas para que tivessem condições de serem bem-sucedidos em cursos de maior responsabilidade, como por exemplo, uma pós-graduação; h) o professor aprendesse trocar informações, experiências e atividades com colegas de profissão; i) desenvolver no professor o senso de participação colaborativa; j) o professor aprendesse a encarar os multimeios como um forte aliado no processo ensino-aprendizagem; k) o professor entendesse que essa modalidade de capacitação representava economia de tempo e investimento; l) o professor encontrasse, nos cursos de capacitação a distância pela Internet, possíveis saídas para os sérios problemas educacionais como recuperação paralela e progressão parcial que os afligiam no seu dia-a-dia.

A partir do último quadrimestre de 2000 a CETEC disponibilizou capacitações docentes na Internet, empregando ambiente não controlado. Só no primeiro semestre de 2003 aconteceram cerca de 400 inscrições nos 24 cursos disponibilizados. Desses 24 cursos convém destacar que 50% foram elaborados por docentes que não apresentavam vínculo direto com a CETEC, ou seja, eram professores das unidades.

Com o transcorrer dos anos e um maior envolvimento dos participantes começamos a controlar melhor as inscrições, cursos finalizados e produzidos.

O quadro a seguir mostra a procura dos cursos de capacitação a distância, disponibilizados pela CETEC, por parte dos professores, funcionários e estagiários.

Quadro 1 - Inscrições nos cursos de capacitação a distância da CETEC.

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
2003	0	45	105	91	51	112	105	148	79	41	36	30	843
2004	14	68	126	96	117	68	151	118	112	166	138	0	1174
2005	21	159	215	104	65	149	113	129	116	67	38	1	1177
2006	23	132	208	129	80	47	98	230	318	197	96	0	1558
2007	96	156	242	522	141	290	422	485	221	249	229	103	3156
2008	105	340	431	328	289	437	380	437	349	282	265	270	3913
2009	67	274	391	419	337	220	520	450	444	333	312	311	4078
2010	222	457	991	679	631	669	610	623	692	569	503	552	7198
2011	297	637	861	596	571	708	862	721	675	440	725	670	7763
2012	296	840	633	755	658	390	927	675	547	436	540	420	7117

O quadro abaixo mostra o percentual de cursos concluídos em relação ao número de inscrições

Quadro 2 - Percentual de cursos concluídos em relação ao número de inscritos.

ANO	Inscrições	Cursos Finalizados	Cursos Concluídos (%)
2008	3913	603	15,40
2009	4078	671	16,45
2010	7198	865	12,02
2011	7763	1223	15,75
2012	7117	1593	22,19

Obs.: Estudos mostram que nos cursos de EAD o percentual normal de conclusão fica em torno de 7%.

O quadro a seguir mostra os dez cursos mais solicitados por ano

Quadro 3 - Os dez cursos mais solicitados ao longo de cada ano.

ANO	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd	P	Cd
2003	1º	1	2º	11	3º	2	4º	14	5º	18	6º	15	7º	4 e 5	8º	3	9º	16	10º	17
2004	1º	18	2º	1	3º	11	4º	16/30	5º	17	6º	23/24	7º	36	8º	25	9º	2/17	10º	22
2005	1º	18	2º	44	3º	1	4º	5	5º	28/48	6º	15	7º	17/36	8º	24	9º	20	10º	31/38
2006	1º	18	2º	44	3º	55	4º	36	5º	11	6º	16/64	7º	48	8º	20/25	9º	41	10º	5
2007	1º	18	2º	11	3º	1	4º	44	5º	31	6º	64	7º	48	8º	15/74	9º	36/91	10º	70
2008	1º	18	2º	91	3º	44	4º	48	5º	1/74	6º	31/64	7º	17/70/79	8º	11	9º	36	10º	41
2009	1º	18	2º	91	3º	44	4º	17	5º	142	6º	48	7º	1	8º	70	9º	36	10º	4
2010	1º	18	2º	91	3º	142	4º	145	5º	44	6º	157	7º	156	8º	100	9º	48	10º	132
2011	1º	18	2º	91	3º	142	4º	145	5º	157	6º	156	7º	44	8º	17	9º	74	10º	19/25
2012	1º	18	2º	91	3º	142	4º	145	5º	44	6º	156	7º	157	8º	103	9º	5/100	10º	1

Legenda: P - Posição / Cd - Código dos cursos

Descrição Códigos:

- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|--------------------------------|
| 1- Home Page | 20- Mala Direta | 70- Redes Wireless |
| 2- Gifs animados | 22- Corel 9 | 74- PHP com MySQL |
| 3- Imagem mapeada | 23- Javascript | 91- Excel Básico |
| 4- Banner em Flash | 24- Access 2000 | 100- Word 2007 format. Básica |
| 5- HP interativa (hot potatoes) | 25- Lógica | 103- Introd. AutoCad 2007 |
| 11- Access 2000 | 28- Flash avançado P1 | 132- Introd. LinuxAutoCad 2007 |
| 14- Mat. Didático Delphi | 30- Publisher Web | 142- Excel 2007 |
| 15- BD em Delphi | 31- Photoshop 7.0 | 145- Funções Excel |
| 16- Introd. SQL | 36- Java Básico | 156- Power Point 2007 |
| 17- Banner | 38- Dreamweaver | 157- Introd. Pesquisa |
| 18- Excel Avançado | 41- Excel VBA | |
| 19- Mat. Didático VBS | 64- Redes | |

Obs.: os cursos relacionados com os produtos da Microsoft tem maior interesse por parte dos participantes. Dentre eles o que mais se destaca é o Excel.

O quadro abaixo mostra o número de participantes, de ETECs e FATECs, que concluíram os cursos.

Quadro 4 - Total de cursos concluídos por Prof. de ETECs, FATECs e Funcionários/Estagiários

ANO	Prof. Informática		Prof. Demais Áreas		Funcionários/Estagiários		Funcionários	Total Geral
	ETEC	FATEC	ETEC	FATEC	ETEC	FATEC	ADM. CENTRAL	
2008	358	7	186	7	30	12	3	603
2009	412	9	156	23	41	27	3	671
2010	414	10	194	14	134	92	7	865
2011	561	2	352	18	192	83	15	1223
2012	634	16	529	20	318	75	1	1593

Obs.: até 2007 totalizávamos os cursos concluídos sem distinguirmos se o participante pertencia a uma ETEC ou FATEC.

A partir de 2008 começou-se a discriminar os professores que ministram aulas de Informática em ETECs e FATECs, dos professores que ministram os demais componentes curriculares, também de ETECs e FATECs. Notamos um maior interesse dos professores das ETECs pelos cursos.

Em relação às FATECs os professores das demais áreas apresentam maior interesse em relação aos professores da área de Informática.

Quanto aos funcionários, os das ETECs, apresentam interesse crescente a cada ano que passa, e a divulgação dos cursos nas unidades se torna mais efetivo.

O quadro a seguir mostra o número de cursos disponibilizados pela CETEC pelos 79 professores/funcionários colaboradores.

Quadro 5 - Cursos de capacitação produzidos por 79 professores

ANO	Total de cursos disponibilizados	ANO	Total de cursos disponibilizados
2000 - 2003	32	2008	24
2004	13	2009	39
2005	12	2010	63
2006	12	2011	65
2007	28	2012	58

A relação completa dos cursos pode ser encontrada no sítio eletrônico da CETEC, acessada por meio do seguinte endereço: <http://www.cpsctec.com.br/adistencia/>

Prof. Oswaldo Giorgi

Bel. Lic. Em Física (PUC-SP) – Engenharia Elétrica (Fac. S. Judas Tadeu) – Especialização em Análise de Sistema (Fac. Carlos Pasquale/IFSP) – Mestre em Educação. (UNIMONTE). Professor da ETEC Lauro Gomes do Centro Paula Souza desde 1980. Professor da PUCSP de 1974-2005. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP desde 1990. Exerce a função de Coordenador de Projetos na Administração Central do Centro Paula Souza desde 1990.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM MITO A SER DESFEITO, UM DESAFIO A SER ENFRENTADO

Profa. Eva Chow Belezia

Contando um pouco de história

Ensino a distância sempre se revelou, para mim, uma modalidade 'distante', com o perdão do trocadilho. Minha percepção era, até o ano de 2002, a de uma pessoa com os (pré)conceitos tão comuns ao público de EaD, somados àqueles de um professor que, talvez por desconhecimento do tema, vê sua cátedra ameaçada pela tecnologia.

Meus conhecimentos de informática sempre foram de usuária, nível intermediário. Portanto, o que me assustava não era a ferramenta em si, mas sair da minha zona de conforto. Afinal, os 20 anos de docência presencial não criam apenas uma zona de conforto. Criam uma montanha de conforto!

Vale ainda ressaltar que já havia feito inscrição e iniciado três cursos a distância oferecidos por instituições de respeito e que havia desistido de dois deles, engrossando as fileiras das estatísticas de evasão do EaD.

Foi quando, no início de 2002, surgiu um grande desafio: participar de uma parceria entre o Centro Paula Souza e a SERT – Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho, promovido pela Universidade de Mondragón e, sendo bem sucedida, realizar as leituras críticas e sugerir adequações para os cursos a distância desenvolvidos pela Ihardun e a Universidade, destinados aos agentes sociais da SERT. E ainda, após essas etapas, desenvolver junto aos professores das Etecs cursos a distância utilizando o material produzido.

Era, portanto, uma tarefa no mínimo instigadora: superar os (pré)conceitos relativos ao EaD, realizar com bom desempenho o curso que seria oferecido na língua espanhola, e analisar o material produzido por uma renomada Corporação Cooperativa, uma igualmente renomada Universidade e a Ihardun, cooperativa especializada em produção de materiais didáticos multimídia. Depois, apresentar ao Centro Paula Souza – Cetec um projeto para capacitação de professores a distância.

O projeto apresentado pela SERT tinha por objetivos disponibilizar de forma didática a pequenas cooperativas e pequenos empreendimentos ferramentas que auxiliassem a melhorar a qualidade de gestão administrativa, de pessoal e de finanças daqueles empreendimentos e auxiliar na formação de agentes sociais que atuam na área de geração de emprego e renda no estado de São Paulo.

Dentre as atividades básicas do projeto incluíram-se a formação e treinamento de equipe de facilitadores para monitoramento dos cursos a distância e elaboração de 17 cursos com duração média de 40 horas nas áreas de gestão de cooperativas, pequenos empreendimentos e

educação de adultos.

A capacitação dos facilitadores foi em um curso de 1310 horas, com 80 horas presenciais realizadas na Corporação Cooperativa de Mondragón, na Espanha, na qual foi feita a análise do material produzido.

A participação do Centro Paula Souza no projeto foi devida à capilaridade institucional no estado, através das Etecs, com possibilidade das Unidades servirem de centros de suporte tecnológico para os diversos agentes sociais da SERT, atuantes nos respectivos municípios. Ao Centro Paula Souza importava, também, aplicar a metodologia proposta para, inicialmente, desenvolver os cursos de educação de adultos, uma vez que boa parte dos alunos dos cursos técnicos é constituída de adultos. A andragogia era (e ainda é), portanto, um conhecimento a ser aprofundado e socializado entre os professores dos cursos técnicos.

A metodologia

Não podemos esquecer que, no início do século XXI, a internet não era, ainda, uma realidade em todas as regiões do estado de São Paulo. Cursos exclusivamente online apresentavam então inconvenientes que hoje talvez consideremos irrelevantes. Portanto, é importante não perdermos de vista o contexto e a época relatada.

Assim, optou-se no projeto pela utilização conjunta de CD-ROM e Internet, pelo fato do CD-ROM possibilitar o uso de ferramentas de educomunicação, como vídeo, áudio, foto, desenho gráfico e texto sem os problemas comuns gerados pelo download de arquivos pesados pela internet (novamente, lembremos que dez anos atrás os provedores não eram com os de hoje. E mesmo hoje temos problemas, convenhamos...). Afinal, o uso do CD, com todos os recursos nele contidos pela sua capacidade de armazenamento de dados possibilita utilizar arquivos "pesados" de vídeo e imagens, que auxiliam no processo de aprendizagem e, se tivessem de ser "baixados" pela Internet, demandariam largos períodos de tempo além do alto custo em ligação telefônica para o aluno. Some-se a isso o baixo custo de reprodução de CD-rom (menor que um livro ou mesmo que uma fita de vídeo),

Tendo a base do sistema no CD-Rom de auto-aprendizagem, o processo se complementa com o constante relacionamento do aluno com o tutor através de uma plataforma colaborativa. Assim é possível ao educando se comunicar com seu facilitador, esclarecer dúvidas, enviar textos e comentários para análise e, com acesso à internet, participar de fóruns de discussão (chats) com os demais alunos do curso, além de permitir acesso a todos os benefícios de informação que a rede internacional de computadores possibilita.

O pacote de cursos elaborados para a SERT foi dividido em três áreas:

Área de auto-emprego

1. Como elaborar um Plano de Empresa I (Introdução) (45 horas),
2. Como elaborar um Plano de Empresa II (Aprofundamento) (45 horas),
3. Trabalho e geração de renda - análise de oportunidades (45 horas).

Área de cooperativismo/empreendedorismo

4. As bases do cooperativismo: valores e desenvolvimento (45 horas)
5. Como se gestiona uma empresa cooperativa I (Introdução) (45 horas),
6. Como se gestiona uma empresa cooperativa II (Aprofundamento) (45 horas),
7. Gestão econômica de cooperativas: finanças, investimentos e análise de custos I (35 horas),
8. Gestão econômica de cooperativas: finanças, investimentos e análise de custos II (35 horas),
9. Plano Estratégico e Plano de Gestão Anual cooperativos (45 horas),
10. Negociação e resolução de conflitos (45 horas),
11. Plano de Marketing e Marketing estratégico (45 horas),
12. Gestão de Equipes (45 horas),
13. Gestão de Projetos cooperativos e projectos de empreendedorismo (45 horas).

Área de formação de agentes no âmbito da pedagogia e na educação de pessoas adultas (andragogia)

14. Os modelos pedagógicos para a intervenção educativa com adultos: Andragogia (40 horas),
15. Metodologias didáticas na educação de adultos e sua gestão (40 horas),
16. A avaliação do aprendizado de adultos (40 horas),
17. O desenvolvimento de atividades e materiais para a formação de adultos (40 horas).

O projeto teve início em janeiro de 2002 com seu lançamento oficial e a capacitação da equipe técnica da SERT (5 membros) e Centro Paula Souza (2 membros) aconteceu em outubro de 2002.

O convite para a participação do Centro Paula Souza deveu-se ao Projeto Cooperativa-Escola, desenvolvido nas Etecs Agrícolas, experiência que poderia trazer contribuições efetivas para a área de Cooperativismo e Empreendedorismo a ser desenvolvida.

Embora não tenha sido formalizado o Termo de Cooperação entre a SERT e o Centro Paula Souza, o projeto desenvolveu-se na nossa Instituição nos anos de 2003 e 2004

com a capacitação em Educação de Adultos de professores das Etecs na metodologia descrita anteriormente, com bons resultados que serão descritos a seguir.

Em fins de 2004, com a mudança de secretário do Trabalho, o projeto na SERT foi descontinuado, não havendo, portanto, disponibilização dos CDs das áreas de Cooperativismo e Empreendedorismo e de Auto-emprego para o Centro Paula Souza.



Equipe da SERT e Centro Paula Souza na Mondragón Corporação Cooperativa - outubro 2002.

A experiência no Centro Paula Souza

Em 2003 o Centro Paula Souza era responsável pela educação profissional técnica em 124 Etecs no estado de São Paulo. A ampliação de matrículas de adultos trabalhadores a partir dos anos 2000 exigiu dos professores, até então direcionados principalmente aos adolescentes e jovens, reformulação de suas práticas docentes, adequando-as às características e demandas do novo público.

O tema Andragogia tornou-se importante, principalmente para aqueles professores com formação técnica e pouca prática pedagógica.

Por outro lado, a Educação a Distância configurou-se nos últimos anos como uma modalidade que, desde que planejada e orientada criteriosamente, possibilita a capacitação de um número maior de pessoas a custos menores e resultados satisfatórios, sendo portanto adotado pelo Centro Paula Souza mesclada ou não com fases presenciais.

Integrando Andragogia e Educação a Distância, no ano de 2003 iniciamos, com um grupo de 12 professores das Escolas Técnicas Estaduais, o Curso a Distância em Andragogia, em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, aplicando o material elaborado pela Mondragón Corporação Cooperativa para esta Secretaria.

Este material era composto de 4 CDs a serem utilizados conjuntamente com fóruns de discussão via Internet e encontros presenciais.

O material e a metodologia foram aprovados pelo grupo, que os considerou adequados para aplicação, não apenas para adultos mas também para os jovens das Etecs.

Do grupo de 12 professores, 8 atuaram em 2004 e 2005 como tutores, multiplicando a experiência para mais

83 colegas, nos 4 módulos programados, .

A avaliação do curso e da metodologia, feita pelos participantes e pelos tutores, aponta para a pertinência da Educação a Distância na capacitação e atualização dos professores, sendo fundamental a atuação dos tutores/monitores bem como a realização de pelo menos um encontro presencial por curso.

A organização curricular do curso Educação de Adultos - Andragogia

Módulo 1 - Modelos pedagógicos de intervenção com a pessoa adulta

Objetivo Geral:

O aluno estudará os distintos modelos de intervenção com pessoas adultas. Para isto analisará a evolução do modelo escolar do adulto, examinará as instituições não formais destinadas à educação de pessoas adultas e aprofundará nos modelos comunitários.

Objetivos Específicos:

- Conhecer as peculiaridades da etapa adulta
- Analisar o desenvolvimento intelectual do adulto
- Diferenciar as características significativas de sua personalidade.
- Reconhecer os aspectos importantes do desenvolvimento afetivo nesta etapa
- Analisar a incidência de desemprego e seus aspectos colaterais no adulto
- Entender os aspectos fundamentais da aposentadoria.
- Realizar uma análise dos diversos modelos existentes na educação de pessoas adultas.
- Observar a evolução histórica da escola desde as antigas civilizações até hoje em dia.
- Descrever os modelos de centro escolar que se forma para um futuro próximo.
- Examinar as características dos modelos não formais de Educação de Adultos.
- Descobrir a evolução e o desenvolvimento das instituições não formais em nossa sociedade.
- Compreender o modelo comunitário de Educação de Adultos.

Módulo 2 - Metodologias Didáticas na Educação de Pessoas Adultas

Objetivo Geral:

O aluno analisará o processo de ensino-aprendizagem e os princípios formativos que regem a formação nas pessoas adultas, assim como as diferentes estratégias de trabalho que se utilizam em sua formação.

Objetivos Específicos:

- Conhecer a evolução do conceito de Educação de Adultos.
- Descobrir a finalidade da Educação de Adultos.
- Emoldurar a Educação de Adultos dentro da Educação Permanente.
- Investiga/Pesquisar as diferentes teorias contemporâneas em educação.
- Distinguir as características de aprendizagem na etapa adulta.
- Conhecer as dificuldades de aprendizagem no adulto.
- Pesquisar em torno aos princípios formativos básicos na Educação com pessoas adultas,
- Examinar as características que devem possuir as ações formativas na etapa adulta.
- Analisar o rol do educador no processo de ensino-aprendizagem.
- Compreender o processo de aprendizagem na Educação de Adultos.
- Conhecer as diferentes estratégias metodológicas que se utilizam na Educação de Adultos.
- Compreender a importância da utilização de formas de trabalho adaptadas às características das pessoas adultas.
- Diferenciar entre estratégias de trabalho ativas e indagadoras das passivas e expositivas.
- Valorizar a importância dos hábitos e técnicas de estudo na aprendizagem das pessoas adultas.

Módulo 3 - Elaboração de Ações Formativas. Recursos didáticos

Objetivo Geral:

Capacitar para poder intervir em situações problemáticas ou de carência mediante a elaboração de um projeto de ação formativa que responda as necessidades previamente identificadas.

Dar a conhecer as limitações e potencialidades de diversos meios didáticos para sua utilização na aula.

Objetivos Específicos:

- Definir e formular diferentes tipos de objetivos (cognitivos, afetivos, de inserção social ...) de um projeto.
- Diferenciar as diferentes fases da programação didática.
- Diferenciar e discernir os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudes) a desenvolver em um Plano de ação.
- Implementar diferentes atividades e estratégias de aprendizagem que possibilitem

o desenvolvimento do projeto.

- Identificar e discernir os recursos de ensino-aprendizagem mais adequados para conseguir os objetivos do Plano.
- Tomar consciência da influência que a utilização de meios de apoio tem na melhora do processo educativo.
- Saber utilizar diversos meios didáticos no processo de ensino - aprendizagem.

Módulo 4 - Avaliação e Tutoria na Aprendizagem de Pessoas Adultas

Objetivo Geral:

Trabalhar as especialidades próprias da educação de pessoas adultas, conhecendo as técnicas de avaliação mais adequadas para trabalhar com estas pessoas. Formar nas habilidades necessárias para orientar ao aluno adulto.

Objetivos Específicos:

- Compreender as diferentes visões e paradigmas da avaliação educativa.
- Diferenciar os modelos de avaliação em função de sua forma de atuação e dos procedimentos utilizados.
- Analisar as diferentes tipologias da avaliação na formação de pessoas adultas.
- Analisar os diferentes tipos de dificuldades na avaliação educativa.
- Utilizar diversas técnicas de auto-avaliação para as pessoas adultas.
- Conhecer técnicas e habilidades para dinamizar e valorizar as atividades das equipes de trabalho.
- Compreender o conceito da orientação educativa no âmbito da formação de adultos.
- Analisar os diferentes modelos da orientação educativa.
- Diferenciar os diversos âmbitos de atuação da orientação com pessoas adultas.
- Conhecer diversas técnicas de atuação na tutorização de pessoas adultas.

O desenvolvimento do projeto

Tendo em vista a diversidade de perfil dos atuais alunos das ETECs, principalmente dos cursos técnicos realizados no período noturno, nos quais predominam alunos adultos e com variadas experiências profissionais e pessoais, foi organizada a Capacitação a Distância Andragogia: Educação de Adultos, baseado em material produzido pela Universidade de Mondragón em convênio com a SERT.

O projeto estava dividido em duas etapas: na primeira foram capacitados quinze professores, que realizaram na segunda etapa a tutoria de outros docentes do Centro Paula Souza.

As concepções pedagógica e metodológica foram baseadas no Construtivismo, com ferramentas de EaD como

- Fórum
- Chats
- Exercícios de resposta aberta e fechada
- Áudios, vídeos e textos
- Avaliação e autoavaliação
- ACA - Ambiente Colaborativo de Aprendizagem
- Site <http://ihardun.com>
- Interações programadas

1ª FASE: Formação da equipe de tutores

Critérios para seleção dos participantes:

- Domínio de Informática Básica
- Equipamento compatível com o Programa, com acesso a internet, preferencialmente Banda Larga
- Disponibilidade para participar de 3 Encontros Presenciais no ano (2003)
- Predisposição para atuar como tutor, no segundo semestre
- Sensibilidade, percepção e técnica para conduzir a tutoria

Execução da 1ª etapa:

- Candidataram-se para a capacitação 21 professores, tanto coordenadores de projetos como docentes das Etecs.
- Foi realizada inicialmente uma reunião entre a equipe de professores do Centro Paula Souza e a equipe técnica da SERT, na qual estes apresentaram o material e a metodologia.
- No período de março a agosto de 2004 foi realizada a capacitação dos 21 com a tutoria da coordenadora do projeto, com 4 encontros presenciais no início de cada módulo, tanto para avaliar o módulo anterior como para discutir procedimentos do módulo seguinte. Em um dos encontros contamos com a palestra da Dra. Vani Kenski .
- O curso foi encerrado com 15 professores, tendo sido selecionados 8 para atuarem como tutores das próximas turmas, que iniciaram as atividades em outubro de 2004.

Execução da 2ª etapa:

- Foram criados 6 polos para os cursos: Sorocaba, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, São Paulo para a realização dos encontros presenciais nas Etecs.
- Foram abertas inscrições para 80 vagas, prevendo-se cada tutor orientando 10 a 12 alunos, inicialmente, como pilotos do projeto. Inscreveram-se 137 professores, ampliando-se

o grupo de tutores para 10.

- Os tutores responsáveis pelos polos foram os professores Eva Chow Belezia, Regina Haeffner, Ivone Marchi Lainetti Ramos, Regina Rizzi, Rosemari Melazi, Regina Célia C. Jardim, Rita de Cassia Rigotti, Paulo Ney Jensen Branco, Paulo Germano e Solange Tóla.
- Concluíram o curso 76 professores.

Dificuldades encontradas e formas de superação

O Centro Paula Souza, com sua expertise em Educação Profissional, no início dos anos 2000 ainda caminhava de forma exploratória no EaD. Conforme mencionado no início do artigo, mitos e (pré)conceitos deveriam ser vencidos, para que as novas demandas e tendências pudessem ser paulatinamente absorvidas, não apenas pelo corpo docente, como também pelos alunos, pela comunidade escolar em geral e pela comunidade externa.

Assim, muitos obstáculos tiveram que ser superados.

Do ponto de vista tecnológico, engatinhávamos na tecnologia do wire-less, e a maior parte das pessoas tinha internet discada ou, quando em banda larga, ainda precariamente.

Muitos professores não tinham familiaridade sequer com o computador, que dizer então dos conhecimentos com internet, subir ou baixar arquivos, enviar e receber mensagens, realizar as avaliações na plataforma.

Além disso, havia a ideia de que EaD seria alguma coisa menor, mais fácil de ser desenvolvido, com menor nível de cobranças. Compreender as reais demandas de autodisciplina, organização do tempo para leituras e execução das atividades exigiu de muitos participantes quebra de alguns paradigmas e resultou também em desistências.

A finalização da parceria com a SERT também resultou em um problema prático: como dar continuidade às atividades sem a plataforma?

As alternativas encontradas foram o arquivamento das atividades em disquete e a utilização da plataforma e-Proinfo, do MEC, para a finalização do curso.

Do ponto de vista metodológico, situações-problema foram apresentadas nos encontros presenciais, momentos em que além das contribuições conceituais proporcionadas, também se buscou explorar trocas de experiências e avaliações dos processos.

Os resultados podem ser verificados no quadro resumo abaixo:

TEMA	SITUAÇÃO-PROBLEMA	DIAGNÓSTICO	FORMAS DE SOLUCIONAR
Questões abertas apresentadas nas aulas.	Questões respondidas sem o desenvolvimento necessário.	Frases soltas, ideias repetitivas, o não entendimento da questão proposta. Repetição de assuntos abordados nos textos de apoio.	RTraduzir a linguagem no fórum; marcar um Chat; verificar possibilidade de comunicação direta (e-mail pessoal, telefone, encontros).
Participação no Fórum.	Temas abordados que fogem da realidade do tutorando; (científica, Social, política).	Especificação de uma realidade (localidade geográfica, social, demográfica, política e científica).	Mesmo que haja a introdução de um tema científico, trazer do tutorando algo que o aproxime da realidade apresentada. (primeiro fórum com ganchos para questões pessoais).
Correspondências com o Tutor.	Forma de tratamento dispensada ao tutor (ambiente de aprendizagem sem afetividade).	Atitudes formais na abertura e fechamento da correspondência; texto direto e sem ligação entre o emissor e receptor.	Rever posicionamentos de abertura de correspondências e fechamento das mesmas. Perguntar sobre a pessoa do participante, antes falando um pouco de como o tutor está.
Participação no Fórum.	Temas extremamente fechados, conduzindo a uma abordagem específica.	Colocar temas fechados para discussão em fórum pode desfocar, ou centralizar em uma visão única, o que não contribui para a discussão mais ampla dos temas do Curso.	O tutor deve conduzir a discussão, estimulando com perguntas que visem ampliar o foco. Não inibir os participantes.
Primeira correspondência com os participantes.	O participante não responde.	O cadastro pode estar errado. O participante pode não ter acesso constante à internet.	O tutor deve insistir com os alunos que não respondem. O uso da plataforma pode não ser o mais eficaz. Utilizar também e-mail pessoal. Em último caso, o telefone.

Algumas questões que hoje consideramos básicas eram levantadas nos Encontros Presenciais e revelavam a real preocupação dos participantes, tais como:

- O que é servidor, plataforma e site?
- Como iniciar o chat?
- O que é tutorização? Como se faz a tutorização?
- Quantas pessoas é possível uma pessoa tutorizar?
- Quais são as ferramentas disponíveis para motivar o aluno a cumprir os prazos?
- O que fazer quando o participante do curso não entrega as atividades?
- Na plataforma algumas ferramentas nunca foram utilizadas ou foram pouco utilizadas? Por quê?
- Existe a possibilidade de checagem no envio para o servidor? (Ex.: ficaram tarefas em branco)
- O tutor faz alguma indagação. Como respondo?
- Que postura devo adotar com os tutorandos? Formal? Informal? Mais ou menos?
- Como comentar/criticar as atividades desenvolvidas pelo tutorando sem ser mal interpretado ou sem ofender o colega?
- Não tenho a mesma capacidade de verbalização escrita e oral, portanto é mais difícil fazer a comunicação por internet do que pessoalmente.
- Devo estabelecer prazos? Como fazer cumprir, e, como proceder se não for cumprido?

Lições aprendidas, a maior parte ainda válidas após tantos anos...

1. Em um curso a distância, os Encontros Presenciais devem ser muito bem programados e bem feitos, de modo a esclarecer bem o grupo quanto aos objetivos e aos procedimentos de navegação no Ambiente e no CD. Deverá também ser feito um bom trabalho de integração presencial, que permitirá ao tutor conhecer melhor seus tutorandos, e sentir a melhor forma de contato a distância.
2. Estabelecer cronograma detalhado, por sessão, para que os tutorandos possam ter parâmetro de prazos, e o tutor poderá também fazer os lembretes oportunamente.
3. Definição de alguns critérios de seleção dos interessados:
 - Disponibilidade de computador com kit multimídia (placa e caixa de som e leitor de CD de no mínimo 24X) com acesso à internet;
 - Estar familiarizado com as ferramentas básicas da informática (editor de texto – Word ou similar, saber gravar arquivos em

disquete) e com a navegação na internet;

- Ser preferencialmente professor do Ensino Técnico ou de Qualificação Básica na ETEC. Os professores do Ensino Médio que desenvolvem atividades educacionais com adultos dentro e fora da escola terão preferência sobre aqueles que não o fazem.
- Um dos critérios de seleção será a ordem de envio e chegada do formulário de inscrição.

4. **Funções e características do tutor** – algumas características foram elencadas ao longo desses anos, em relação ao tutor de EaD. Apesar dos avanços tecnológicos, podemos constatar que continuam atuais. O ser humano pouco mudou, enfim. Assim, o tutor deve ter:

- sensibilidade
- perseverança
- força de vontade
- conhecer seu papel
- auto-estima elevada
- conhecimento do outro ser facilitadora de ações
- capacitação técnica
- relacionamento humano como meta
- saber ouvir
- saber falar, enfim comunicação interpessoal

- a) Funções em relação ao âmbito pessoal e orientador:

- Conhecer as capacidades intelectuais da pessoa adulta.
- Conhecer suas condições físicas e psicofísicas.
- Conhecer sua atitude diante da formação que desenvolve.
- Conhecer os interesses e aspirações do aluno ou aluna.
- Conhecer seu rendimento pessoal no centro.
- Conhecer o nível de integração da pessoa no grupo.
- Diagnosticar e avaliar sua formação e suas necessidades de tipo pessoal.
- Criar programas de recuperação e reforço individualizados.
- Observar de forma sistemática a evolução.
- Atualizar os aspectos burocráticos relacionados com sua formação.
- Realizar entrevista de diagnóstico para conhecer adequadamente o educando.
- Orientar e aconselhar sobre possíveis atuações sociais.
- Ajudá-la se conhecer melhor como pessoa.
- Prestar atenção nas pessoas com problemas de adaptação na educação e em suas relações sociais.
- Orientá-la com relação ao seu futuro imediato.

b) Funções relacionadas as pessoas adultas como um grupo:

- Conhecer e interpretar as técnicas sociométricas para avaliar o comportamento dos grupos.
- Conhecer e aplicar as técnicas para a dinamização dos grupos.
- Responsabilizar-se em torno da convivência no grupo.
- Relacionar-se com o grupo de adultos para conhecer as necessidades que manifestam.
- Avaliar o rendimento e a participação do grupo nas atividades formativas e educativas.
- Conhecer a atitude do grupo em relação às atividades formativas que realiza para melhorá-las progressivamente.
- Conhecer o nível de coesão e relações grupais.
- Ser um ser político e entender o que significa isso.
- Saber fazer análise de situações de forma rápida e ser coerente nas suas atitudes.
- Ser uma pessoa democrática, procurando ouvir as opiniões de todos para fazer sua avaliação geral do assunto tratado.
- Ter conhecimento do assunto tratado.

Enfim... Mitos desmistificados, novos desafios a serem enfrentados

Vencer (pre)conceitos é sempre uma tarefa árdua, pois nos obriga a rever pontos de vista e paradigmas. Enfim, sair da zona de conforto.

Entretanto, ao fim da jornada, descobre-se que não foi tão difícil e que, enfim, “tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”.

Ensino a Distância é apenas uma modalidade a mais, no universo da Educação. Não substitui o professor, não implica em queda de qualidade, não significa “meio-curso”. Ou pode ser tudo isso, como também o são alguns cursos 100% presenciais.

Não é a modalidade que garante a qualidade, mas as pessoas. E as pessoas, por sorte, continuam sendo pessoas. Apoiadas por tecnologias, sem dúvida, mas ainda pessoas. Humanas, portanto.

Assim, após os três anos de EaD – Andragogia, novas demandas se apresentaram, e se apresentam permanentemente.

Hoje, iniciamos novo desafio: o curso Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, de 200 horas, sendo 40 horas presenciais e 160 horas a distância pelo Moodle. Enfrentado com um pouco mais de segurança, mas certos de que muito aprenderemos, mais uma vez.

A CONCEPÇÃO DO PROJETO TELECURSO TEC

Prof. Dr. Luciano Gamez

Resumo

O presente artigo apresenta informações referentes ao desenho inicial do projeto Telecurso TEC, ainda na sua fase de concepção. Apresenta os princípios que nortearam a sua concepção, as diretrizes do Programa, o planejamento do trabalho docente e das equipes gestoras do projeto. Por fim, apresenta relatos de minha experiência como gestor durante as fases iniciais de execução do projeto.

1 - A Concepção do Programa

A concepção do projeto Telecurso TEC, na sua origem, pautou-se em pressupostos que se constituíam, à época, (e ainda hoje se constituem) grandes desafios à educação brasileira:

- A vigência de um modelo presencial (e centenário) de educação profissional, bem como sua didática de ensino expositiva, que tem se mostrado insuficiente e inadequada para atender ao volume e às necessidades de formação de trabalhadores, acarretando dificuldades para que estes possam frequentar regularmente (e fisicamente) uma escola.
- A escola tradicional que não dá conta do volume e da diversidade das demandas potenciais de estudantes que necessitam qualificação para o trabalho. O grande número de jovens desempregados, entre 20 e 24 anos, que constituem o público potencial da formação técnica e de qualificação profissional, e o desafio de inseri-los no mercado de trabalho e na dinâmica social.
- A necessidade de construir alternativas de oferta de educação profissional por meio da utilização de novas ferramentas de comunicação e metodologias de ensino aprendizagem mais interativas, capazes de conduzir o educando ao desenvolvimento de competências como: maior autonomia, desenvolvimento de capacidades para realização de tarefas prescritas com rapidez e correção, competências e habilidades para resolução de problemas, agregação de valor a produtos e serviços, iniciativa e proatividade, perante as constantes mudanças tecnológicas.
- Necessidade de permitir maior abrangência e dinamicidade na formação de profissionais técnicos, dada a extensão do território brasileiro, a dispersão do público alvo, a

diversidade cultural e regional, e a ausência de recursos financeiros desse público para investir na sua própria formação profissional.

Nesse sentido, o Telecurso TEC foi concebido de forma a permitir uma solução educacional que integrasse os seguintes aspectos:

- Tecnologias de amplo alcance, tais como material impresso, televisão e internet.
- Diversidade de modelos (atendimento presencial e a distância).
- Diversidade de recursos didáticos, permitindo atender aos diferentes ritmos e modalidades de aprendizagem.

Esses pressupostos foram decisivos no planejamento da oferta de um Programa de Formação baseado em um modelo híbrido, ou seja, de convergência entre ensino presencial e educação a distância. As soluções híbridas reforçam posturas de troca, intercâmbio e colaboração, e estas são fundamentais para o trabalho em rede. Além disso, reforçam a motivação, o acompanhamento pessoal e a relação afetiva, essenciais para a aprendizagem, ao permitirem as interações a distância e face a face.

Por esta razão, planejou-se a disponibilização de múltiplos recursos aos cursistas, baseando-se na premissa de que fossem formados alunos autônomos e protagonistas dos seus processos de aprendizagem, e da necessidade deles integrarem-se de modo crítico e reflexivo à sociedade da informação, dominando procedimentos de utilização das tecnologias mais avançadas de expressão, comunicação, investigação e registro.

Nesse sentido, o Telecurso TEC foi concebido para ser ofertado em três modalidades (Presencial, Aberta e On Line), a fim de contemplar a variedade de perfis e necessidades de formação de seu público alvo, com as seguintes premissas:

- A **Educação televisiva** como oportunidade educacional: devido ao seu importante papel democrático como instrumento massivo de informação, capaz de vencer distâncias, ampliar horizontes e flexibilizar tempos e espaços.
- A **Educação on-line e presencial**: por seu caráter flexível, permitindo o estudo nos horários compatíveis de cada pessoa, a interatividade, a superação dos limites territoriais, permitindo maior diálogo e participação efetiva na construção do conhecimento compartilhado, articulando a disponibilização de conteúdos via internet com momentos presenciais de sistematização de estudos, tais como aplicações práticas e avaliação da aprendizagem.

Esse modelo previu a disponibilização de um robusto ambiente virtual, a fim de integrar todos

os seus membros, quer da modalidade on-line ou da modalidade (semi) presencial numa ampla comunidade de aprendizagem cooperativa, integrando os vários agentes do processo de aprendizagem e equipes gestoras do programa.

2 - As Diretrizes do Telecurso TEC

A concepção do projeto Telecurso TEC se pautou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (parecer CNE/CEB nº 16/99), baseando-se nos seguintes princípios:

- **Ensino-aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências para inserção no mundo do trabalho e o exercício profissional.**

Considera-se que a nova educação profissional desloca o eixo do trabalho educacional de desenvolvimento de conhecimentos para desenvolvimento de competências, de ensinar para aprender e daquilo que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e no futuro.

- **Leitura crítica da realidade e inclusão construtiva na sociedade da informação e do conhecimento.**

Considera-se que a escola não é mais a maior responsável pela transmissão de informações, enfatizando a importância do educador como mediador entre os meios de informação e comunicação e o aluno, orientando-o a respeito do modo crítico e reflexivo de lidar com as informações ao buscá-las, selecioná-las, organizá-las e dar a elas sentido. Considera ainda por leituras críticas da realidade, pressupostos de um tratamento inteligente e construtivo das informações disponíveis e possíveis de produzir conhecimento, incluindo o cidadão na sociedade do conhecimento como seu próprio construtor, instrumentalizando-o a lidar estrategicamente com o objeto de sua investigação a partir de diversos enfoques e com o subsídio de diferentes fontes.

- **A aprendizagem como processo de construção coletiva em situações e ambientes cooperativos.**

Na qual são privilegiadas situações e ambientes de trabalho em grupo e de modo cooperativo.

- **Compartilhamento da responsabilidade do ensino-aprendizagem por professores e alunos.**

Considera-se o professor orientador, ou professor mediador, como aquele que compartilha a responsabilidade e o controle do ensino-aprendizagem com os seus alunos.

- **Respeito à diversidade, valorização da**

subjatividade e promoção da inclusão.

Considera-se a oferta e disponibilização de uma ampla variedade de materiais, recursos didáticos, tecnologias, linguagens e de contatos interpessoais aos alunos, a fim de atender às suas diferentes formas de ser, de aprender, de fazer e de conviver e aos seus diferentes tipos de conhecimento, interesse, experiência de vida e contextos de atuação.

- **Ética de identidade, estética da sensibilidade e política da igualdade.**

Considera-se a diversidade de materiais e recursos de acesso à informação, comunicação e expressão pelo aluno, possibilita-lhe a percepção totalizante dos objetos de conhecimento da realidade exterior e da sua própria realidade interior. Considera ainda que as relações sociais estabelecidas sejam pautadas pela política da igualdade e de valorização da diversidade, pelo direito de todos à educação para o trabalho e à educação profissional de boa qualidade.

- **Autonomia, protagonismo e aprendizagem do aprender.**

Considera-se a responsabilidade do aluno em promover seu próprio processo de aprendizagem, com a existência de um professor orientador e não dirigente, o qual faz uso de estratégias que lhe permitem autogerenciar o seu aprendizado, estimulando no aluno, a percepção de que este é um ser aprendente, em eterna construção, e que pode se desenvolver continuamente, se desempenhar o papel de protagonista e não de coadjuvante ou de figurante no processo educativo. Assim procedendo, o educador estará a meio caminho do desenvolvimento da competência de aprender a aprender.

- **Contextualização do processo de ensino e de aprendizagem.**

Considera-se como processos contextualizados os processos de ensino-aprendizagem que estabelecem pontes entre: a teoria e a prática; o desconhecido e o conhecido; o estudado e o vivido; o passado ou futuro e o presente; o importante e o interessante; o estudo da Vida e a Vida se manifestando.

- **Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação de profissionais polivalentes.**

Na interdisciplinaridade, os diversos conhecimentos sobre um objeto – inter-relacionados por um eixo integrador e sob perspectivas e enfoques específicos –, dialogam entre si, questionando-se, complementando-se, aprofundando-se ou esclarecendo-se uns aos outros. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (1999), polivalência é "o atributo de

um profissional possuidor de competências que lhe permitam superar os limites de uma ocupação ou campo circunscrito de trabalho, para transitar para outros campos ou ocupações da mesma área profissional ou de áreas afins". A polivalência permite compreender o processo global de produção, o que pode levar, inclusive, a se influir na sua transformação.

- **Problematização do conhecimento.**

Considera-se a problematização do conhecimento, ou seja, exemplos de situações-problema, que devem ser apresentados e solucionados, inseridos em uma determinada situação (real ou hipotética), considerando-se o conjunto de elementos, circunstâncias e características dessa situação em que ele acontece. Em outras palavras, a situação-problema é um problema contextualizado e tratado sob enfoques os mais diversos.

- **Trabalho por projeto no desenvolvimento e na avaliação do ensino- aprendizagem.**

Em outras palavras, significa definir os valores que orientarão a concepção, o planejamento, a execução e os resultados finais do projeto a ser desenvolvido, tendo sempre em mente o objetivo que se quer atingir e agir de tal forma que cada dia, cada tema tratado, cada aula, cada atividade, dentro ou fora da sala, sejam um passo a mais em direção ao objetivo lançado para um futuro mais ou menos distante. Enfim, cada passo tece um caminho que, mais cedo ou mais tarde, conduzirá àquele ponto que, em um sonho arrojado, foi visualizado lá adiante, em algum lugar do futuro.

Esses princípios foram estruturados para serem norteadores e servirem de guia para a prática docente dos educadores em exercício no Programa. Para alcançá-los, o desenho do projeto sistematizou o trabalho a ser desenvolvido pelos educadores e equipes gestoras.

3 - O Desenho Original Dos Processos De Trabalho

O processo de trabalho original do programa envolveu a definição de conceitos a serem dominados pelos educadores em exercício. Por este motivo, foi desenhado como parte integrante desses processos, a participação dos educadores em encontros (presenciais e a distância) destinados à sua formação inicial e continuada e a integração com as demais equipes gestoras do Telecurso TEC.

3.1 Programa de Formação Continuada para as equipes (PFC)

Concebido como um Programa em construção, o PFC foi projetado para permitir ao educador em exercício, a reflexão constante sobre sua prática docente.

Partindo do princípio de que todos os participantes formam uma comunidade de aprendizagem, o PFC foi concebido para estabelecer formas de intercâmbio e relacionamento entre todos os seus membros, de modo a romper com o isolamento ou fazer solitário dos docentes e equipes gerenciadoras, bem como modos de acolhimento às questões, anseios e informações dos estudantes sobre o seu andamento. Previa assim, as seguintes ações:

- **Capacitação Inicial Presencial:** Projetada para a formação dos educadores (Coordenadores, tutores e orientadores de aprendizagem), para apresentação dos alicerces do Programa, dos materiais e suas funções básicas, e do funcionamento do ambiente virtual de ensino, aprendizagem e gestão dos processos educacionais.
- **Capacitações Intermediárias para formação continuada:** Projetada para que os educadores colocassem suas informações, questões, dúvidas e reflexões e para que as equipes gerenciadoras do Programa se comunicassem com Tutores e Orientadores de Aprendizagem, discutindo temas, provocando reflexões, auxiliando na sistematização de ideias e ampliando os horizontes dos educadores com textos e informações sobre a tarefa de facilitar a aprendizagem do aluno.
- **Estudo individualizado:** Espaço destinado aos estudos individuais e que também poderiam ser socializados no espaço do ambiente destinado às capacitações intermediárias e/ou constar no blog de cada participante, a fim de que fossem capazes de registrar seu progresso em relação ao seu desenvolvimento profissional e/ou como pessoa.

3.2 Planejamento do trabalho docente

O educador atuante no Telecurso TEC foi originalmente designado como Tutor, para as situações de trabalho na modalidade on-line, ou de orientador de aprendizagem, para as situações de trabalho na modalidade presencial.

As turmas virtuais, para a modalidade on-line, foram concebidas para receber 35 alunos, sendo o papel do tutor o de estimular os alunos em seu curso e desenvolver atividades com eles no ambiente do programa, acompanhando o desempenho dos estudantes, bem como avaliá-los formativamente e ajudá-los a se organizar para otimizar seu rendimento.

As turmas organizadas em TEC-salas, para a modalidade (semi) presencial, foram projetadas para receber 35 alunos, devendo estes frequentarem as atividades presenciais em três encontros semanais. Nesses encontros, o Orientador de Aprendizagem, deveria ter como função desenvolver atividades, com ênfase no grupo, a fim de que os estudantes pudessem se apropriar de conceitos e aprimorem habilidades e atitudes requeridas pelas várias competências necessárias para a formação profissional. O Orientador de Aprendizagem foi pensado para acompanhar o desempenho dos estudantes, incentivá-los e prover feedback que os auxiliassem a alcançar as competências planejadas.

Pode-se, então, resumir o papel, do educador no programa, como o de um facilitador da aprendizagem do estudante, tanto pelo estímulo e atenção quanto à correção de rumos no aprender e ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e, conseqüentemente, competências básicas de um perfil de trabalhador que contemple as necessidades que a modernidade provoca, tanto no que concerne às relações de trabalho quanto às ferramentas de inclusão social.

Na modalidade aberta, não foi prevista mediação, nem o uso do ambiente virtual, cabendo ao aluno encontrar por si só as orientações nos materiais que foram para eles disponibilizados, uma vez que seu estudo foi pensado como um processo autônomo e individual, sendo de sua responsabilidade a inscrição para realização dos exames públicos ofertados regularmente, a fim de certificação no curso.

A fim de sistematizar as ações de trabalho docente, foram desenvolvidos manuais com orientações de trabalho que pudessem subsidiar a ação docente, permitindo às equipes gestoras o monitoramento permanente de suas atividades.

Os educadores contaram com um manual do orientador, destinado a orientá-los sobre a pedagogia do programa e oferecer sugestões para a realização dos momentos presenciais. O manual do educador tinha como função garantir a coerência do ensino presencial com o modelo pedagógico estabelecido para a aprendizagem, onde quer que fosse aplicado.

Através do ambiente virtual, previu-se também que os educadores do programa fossem orientados por especialistas, participando de um processo de formação contínua.

3.3 Papel das equipes Gestoras

Além das equipes docentes, a organização do Telecurso TEC demandava ainda a concepção de uma estrutura dinâmica na qual as tarefas e atividades requeridas pelo programa pudessem ser agilmente cumpridas por pessoas altamente qualificadas a fim de que metas e objetivos fossem cumpridos.

Essa estrutura abrigou as equipes gerenciadoras do programa, envolvendo:

- **Equipe Central:** para tomada de decisões finais, ouvidas as demais instâncias do programa;
- **Equipe de Especialistas:** destinada à concepção dos materiais usados no Telecurso TEC;
- **Equipe de Ambiente Virtual:** encarregada de cuidar do site oficial do Telecurso TEC;
- **Equipe de Coordenação dos Educadores:** destinada a assessorar os tutores e orientadores de aprendizagem em suas dúvidas, promovendo, também, as capacitações inicial e continuada;
- **Equipe de Monitoramento e Avaliação:** para acompanhar o programa, avaliando a consecução de seus objetivos.
- **Equipe de Apoio Administrativo:** dedicada às questões de apoio logístico para que o programa pudesse fluir normalmente.

4. Materiais Didáticos Desenvolvidos

O programa contou com um conjunto de materiais que também pudessem ser utilizados off-line (ou seja, sem que o estudante precisasse conectar à internet), e outro conjunto que funcionasse em tempo real (TV) e on-line (a partir de conexão com a web).

Na origem do projeto, pensou-se que esses materiais pudessem se articular numa comunidade virtual, para permitir aos participantes interagirem e aprendem uns com os outros. Norteados pelos conceitos de aprendizagem significativa, construtivismo e interatividade, seus conteúdos foram voltados para a realidade concreta, focando casos factíveis e próprios do dia-a-dia do profissional de cada área. Este conjunto foi constituído por: Estudos de caso, Banco virtual de questões, Glossário e Roteiros web.

Os quadros a seguir detalham os materiais e recursos desenvolvidos para os cursos.

• Programas de TV

Curso	Programa de TV			
	Módulos			Séries Especiais
	I	II	III	
Administração Empresarial	45	15	15	5
Gestão de Pequenas Empresas		15	15	5
Secretaria do e Assessoria		15	15	5
Total	45	45	45	15
Total Geral				135

• Livros do Aluno

Foram produzidas de acordo com o seguinte planejamento:

Curso	Cadernos			
	Módulos			
	I	II	III	
Administração Empresarial	1	1	1	
Gestão de Pequenas Empresas		1	1	
Secretaria do e Assessoria		1	1	
Total	1	3	3	
Total Geral				7

• Aulas On-Line

Foram produzidos de acordo com o seguinte planejamento:

Curso	Cursos On-Line			
	Módulos			
	I	II	III	
Administração Empresarial	15	15	15	
Gestão de Pequenas Empresas		15	15	
Secretaria do e Assessoria		15	15	
Total	15	45	45	
Total Geral				105

4.1 A concepção pedagógica dos materiais impressos (Livros)

Os livros do Telecurso TEC foram escritos por especialistas na área técnica e pedagógica. O conteúdo foi organizado com o propósito de ajudar o estudante a aprender, respeitando e incentivando as várias qualidades pessoais, tais como autonomia, iniciativa, responsabilidade, criatividade e capacidade de solucionar problemas, entre outras. Cada capítulo foi organizado em seções com o objetivo de funcionar como passos para a aprendizagem no curso.

Todos os capítulos começam com uma provocação inicial, como por exemplo, uma ilustração em quadros ou trechos de letras de músicas. O objetivo dessa seção é funcionar como uma espécie de aperitivo para o aluno começar a pensar nos temas do capítulo.

A seção **Iniciando a conversa** foi estruturada de forma a trazer casos concretos, do mundo real, antes mesmo de entrar nos conceitos teóricos. Sugere que o aluno leia as histórias e tente se colocar no lugar dos personagens, a fim de mobilizar suas competências, envolvendo-se com os fatos, usando a sua imaginação.

A seção **Por Dentro do Tema** oferece a teoria ou o conteúdo propriamente dito, com o objetivo de elucidar a prática. É uma seção que apresenta vários desafios aos alunos, não sendo a teoria despejada em cima do estudante, mas sim desafiando-o a construir o seu conhecimento e, para isto, são propostos exercícios, pesquisas, entrevistas, observações e conhecimento das práticas, refletindo sobre o caso que estudou.

A seção **Fazendo e aprendendo** contém exercícios de aplicação, destinados ao estudante para colocar em prática o que aprendeu. São exercícios que foram criados para o aluno aprender a resolver problemas e a desenvolver seu pensamento crítico.

A seção **Avalie seu Conhecimento**. Foi construída para ajudar o aluno a verificar quanto rendeu o seu estudo, ou seja, pensar no que é necessário mudar: estudar mais, ler de novo, dedicar mais tempo, reforçar conceitos importantes e competências desenvolvidas, ter uma visão global do que já estudou, definir novas metas de estudo, sentir-se confiante e motivado para continuar aprendendo e se desenvolvendo.

A seção **Vale Saber** aborda valores sociais e individuais, partindo da premissa de que o conhecimento não existe de forma isolada da vida pessoal, comunitária e social. O estudante, ao chegar a esta parte, é convidado a perceber que tudo o que ele estuda tem uma dimensão ética, dimensão esta importante para a formação do aluno como profissional e como cidadão.

A seção **O que vem por aí** anuncia os assuntos a serem tratados no capítulo seguinte, a fim de estimular o aluno a buscar se preparar para o próximo tema, lendo ou refletindo sobre o que já sabe sobre tal assunto.

Por fim, a seção **Intertextos** apresenta sugestões que levam o estudante para além do texto (livros, sites, músicas, poesias, filmes...). O intuito desta seção é sugerir ao aluno que o tema não se esgotou, aguçando-

lhe a curiosidade e o desejo de saber mais conforme seus interesses e necessidades.

Considerações finais

Neste artigo procurei descrever de forma sucinta os principais princípios do projeto Telecurso TEC, apresentando, em linhas gerais, traços do seu desenho inicial e das concepções que nortearam o projeto.

Para elaborá-lo, foram consultados e transcritos trechos importantes dos documentos oficiais do programa, elaborados pela equipe central do projeto, além de apontamentos gerais da equipe gestora.

Com maior ênfase, foram descritos os princípios que nortearam a concepção dos livros didáticos. Os princípios que nortearam a construção dos programas de TV, as aulas on-line, e o Programa de Formação Continuada, bem com as ações de monitoramento do programa são importantes aspectos do projeto e merecem destaque especial numa próxima publicação, por esta razão não foram aqui descritos.

Os elementos que compõem as bases epistemológicas do Telecurso TEC apresentados neste artigo foram testados em projetos piloto desenvolvidos em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Centro Paula Souza, bem como as Secretarias Municipal e Estadual de Educação do estado de São Paulo.

Parte dos resultados dos projetos de implantação estão descritos nas publicações que compõem o acervo dessa revista.

Referência

TELECURSO TEC, Diretrizes Metodológicas e Estruturais. São Paulo: Fundação Roberto Marinho, 2006.

Prof. Dr. Luciano Gamez

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui larga experiência em planejamento, gestão e docência em Educação a Distância, produção editorial impressa e digital. É gestor de projetos educacionais em EaD e docente nas áreas de Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, Tecnologias Aplicadas à Educação, Avaliação da Aprendizagem, Formação de Professores, Planejamento, Gestão e Docência da Educação a Distância.

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA A DISTÂNCIA NO CENTRO PAULA SOUZA - ANOS DE HISTÓRIAS, EM DADOS

Adelina Maria Lucio
Sandra Regina Tonarelli Rodrigues

Resumo

O Centro Paula Souza tem, dentre outros, o objetivo de desenvolver o Ensino Profissional, possibilitando o contínuo aperfeiçoamento profissional e o aprimoramento da formação técnica, cultural e social. Foi credenciado como uma instituição pública de ensino a distância possibilitando, assim, o desenvolvimento, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, do Programa Telecurso TEC. Este artigo visa apresentar um histórico, com dados qualitativos e quantitativos sobre a Educação Profissional Técnica dando ênfase ao Programa Telecurso TEC ofertado pelo Centro Paula Souza. É apresentado, ainda, como o Centro Paula Souza se organizou estruturalmente para que o programa fosse implantado, criando o Grupo de Estudo de Educação a Distância (GEEaD), vinculado a Unidade de Ensino Médio e Técnico – CETEC. São destacadas as experiências e os resultados obtidos por meio de parcerias com outras instituições na oferta das modalidades semipresencial, aberta e on-line, além das ações futuras exercidas pelo Centro Paula Souza, por intermédio do GEEaD no que se refere a EaD. Dessa forma, será registrada a contribuição da Instituição para a expansão do ensino técnico gratuito e de qualidade, na modalidade em EaD e sua importância para a formação profissional de jovens e adultos trabalhadores.

Palavra chave: Educação a Distância, Formação Profissional, Programa Telecurso TEC, Educação Profissional Técnica, Qualificação Profissional.

I – Centro Paula Souza – Breve Histórico

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) é uma autarquia de regime especial¹ do Governo do Estado de São Paulo, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia². Criado pelo Decreto-Lei assinado pelo Governador Abreu Sodré em 06 de outubro de 1969, nos termos do artigo 15, da Lei nº 952, de 10/01/1976, associado e vinculado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

O Centro Paula Souza tem, dentre outros, o objetivo de desenvolver o Ensino Profissional no Estado de São Paulo, e ainda o de realizar e promover cursos de graduação,

pós-graduação, estágios e programas nos vários setores das atividades produtivas que possibilitem ensejo para o contínuo aperfeiçoamento profissional e aprimoramento da formação técnica, cultural, moral e cívica, nos termos do seu Regimento.

Sua missão é promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando o atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho.

Especialmente na educação profissional de nível técnico, com a publicação do Decreto Federal nº 2.208³, de 17/04/1997, o Centro Paula Souza teve a oportunidade de se concentrar na sua finalidade específica, a oferta de educação profissional pública, em São Paulo. Desta forma ocorreu a primeira expansão da oferta de educação profissional. Os cursos técnicos, integrados ao ensino médio, com duração de três anos, que atendiam uma parcela restrita da população: alunos egressos de ensino fundamental ou concluintes deste que desejavam cursar o ensino técnico conjuntamente com o ensino médio, alunos na faixa etária entre 14 a 16 anos, foram extintos dando lugar às habilitações profissionais técnicas de nível médio, com duração de um ano e meio, ampliando, de imediato, a oferta de vagas, em quase 50%, atendendo, assim, uma parcela muito mais diversificada da população.

A oferta de cursos técnicos, separados do ensino médio, permitiu que um grande número de candidatos, que já possuíam o ensino médio, pudesse buscar uma formação profissional de nível técnico.

Paralelamente, o Governo do Estadual passou a ampliar o número de Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e de Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Centro Paula Souza, expandindo a quantidade de vagas oferecidas, democratizando, assim, o acesso à educação profissional, diversificando e ampliando os cursos oferecidos, de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos⁴.

A expansão se configurou, ainda, mediante a instalação de classes descentralizadas, por intermédio de parcerias com Prefeituras Municipais, Fundações e outras instituições públicas e privadas.

Dessa forma, um contingente significativo de trabalhadores, que não continuou seus estudos e ou que precisava de formação técnica para se manter ou se reintegrar ao mercado de trabalho, voltou às escolas.

³ O Decreto Federal nº 2.208, de 17/04/1997, foi revogado pelo Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, e deu outras providências.

⁴ Como política de desenvolvimento e valorização da educação profissional e tecnológica de nível médio, o MEC iniciou, em 2007, a elaboração do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O documento é elaborado de forma clara e objetiva para facilitar a consulta dos estudantes diante da quantidade de cursos ofertados. O catálogo agrupa os cursos em formato e linguagem simples, de acordo com as características científicas e tecnológicas de cada um. Para cada perfil de formação, sintonizado com o mundo do trabalho, o catálogo apresenta uma descrição do curso. As informações englobam atividades do perfil profissional, possibilidades de atuação e estrutura mínima recomendada.

¹ O Centro Paula Souza, por designação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, possui autonomia nas decisões pedagógicas e Supervisores de Ensino próprios da Instituição.

² A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, órgão do governo estadual que tem por objetivo intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimular as vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas, incorporar tecnologia aos produtos da região e fortalecer as condições para atração de investimentos.

II – Educação Profissional Técnica a Distância no Centro Paula Souza

A iniciativa de proporcionar à população uma educação profissional em Educação a Distância de qualidade, se insere na expansão da oferta de cursos e de aplicação de escolas técnicas no âmbito do Estado de São Paulo.

Há uma parcela significativa da população que não pode frequentar os cursos presenciais, por limite de espaço ou de tempo. A distância percorrida da residência ou do trabalho até a escola, agravada muitas vezes pela falta de transportes é outro fator de impedimento de participação das aulas presenciais. Além disso, o regime e os horários de trabalhos (tais como o regime de turno, o trabalho em shopping centers, portaria e segurança) dificultam, quando não excluem, a possibilidade dos interessados em participar das aulas.

Por outro lado, os processos de classificação (Vestibulinhos) mostraram que uma parcela significativa da demanda por cursos técnicos não era atendida pelas vagas disponíveis anualmente nas Etecs, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir, referente demandas dos Vestibulinhos (1º e 2º semestres), de 2003 até 2005.

Tabela 1. Demandas dos Vestibulinhos de 2003 a 2005.

Ano	Inscritos	Vagas	Demanda
1º semestre 2003	175.868	31.655	5,56
2º semestre 2003	105.205	21.604	4,87
1º semestre 2004	191.631	33.171	5,78
2º semestre 2004	95.098	22.831	4,17
1º semestre 2005	175.865	32.037	5,49
2º semestre 2005	116.057	24.796	4,68

Fonte: Banco de Dados CETEC, 2013.

Pode-se observar na Tabela acima que, embora o número de vagas tenham números expressivos, não foi suficiente para suprimir a demanda.

Assim, o Centro Paula Souza, diversificando seu campo de atuação e, também, democratizando ainda mais o acesso a educação profissional, utiliza-se da modalidade de ensino a distância como forma de atender uma demanda reprimida de jovens e adultos em busca de qualificação profissional.

Em 2005, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Centro Paula Souza, estabeleceu uma parceria com a Fundação Roberto Marinho⁵ resultando na oferta pioneira de cursos técnicos gratuitos, na modalidade em Educação a Distância, no âmbito do Estado de São Paulo.

Além de suas Unidades de Ensino, o Centro Paula Souza, nos termos do Parecer nº 145/2005, do Conselho Estadual de Educação, foi credenciado, por cinco anos, como instituição de ensino a distância, o que possibilitou a implementação e a implantação do Telecurso TEC - Programa de Formação Técnica e Qualificação Profissional, voltado para jovens, que estejam cursando o ensino médio ou já o tenham concluído, e adultos trabalhadores, ampliando, assim, a oferta de Ensino Técnico no Estado de São Paulo e em todo o Brasil.

O Parecer CEE/SP nº 424/2006, autorizou o funcionamento das habilitações profissionais técnicas de Nível Médio de Técnico em Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretariado e Assessoria e aprovou os referidos Planos de Cursos de Educação Profissional de Nível Médio, na modalidade a distância: assim, foi criado o Programa Telecurso TEC.

A implementação do Programa Telecurso TEC visou contribuir para a construção de novas oportunidades de formação profissional para a população e, conseqüentemente, para a empregabilidade de jovens e adultos.

III – Como o Programa Telecurso TEC foi estruturado

O Telecurso TEC foi estruturado de forma que o aluno estudasse com mais autonomia, podendo dedicar-se às atividades de aprendizagem nos horários mais adequados ao seu ritmo de vida, suas possibilidades e preferências (RAMAL, Andrea, 2011).

O Programa Telecurso TEC, apresenta aos alunos três modalidades de ensino para que possam escolher aquela que mais se adequa às suas necessidades. São elas, conforme Tabela 2:

Tabela 2. Modalidades de Ensino do Programa Telecurso TEC.

MODALIDADE	CARACTERÍSTICA
Aberta	Para fazer o curso nessa modalidade, basta adquirir o livro do módulo que quiser estudar, seguir as orientações e realizar as atividades indicadas em cada aula, acompanhando também os programas de TV.
Semipresencial	Nessa modalidade, os estudantes são organizados em turmas, formando uma TEC-sala, onde são permanentemente acompanhados por um orientador de aprendizagem, que é o responsável pela organização das aulas, registros de frequência e todo o apoio aos alunos durante a realização de atividades de estudo, pesquisa, debate e avaliação de aprendizagem nas aulas. A TEC-sala pode ser instalada em escolas, empresas, órgãos públicos, sindicatos e ambientes de trabalho, em qualquer local onde existam as condições previstas para sua implantação.
On-line	Para estudar por essa modalidade, é preciso que você tenha acesso frequente a um computador conectado à internet. Essa modalidade de ensino do Telecurso TEC é constituída de turmas on-line, formadas por grupos de alunos que são permanentemente apoiados por um tutor que atua a distância, como responsável pela organização das atividades, pelo registro da participação e dos trabalhos dos estudantes e pelo acompanhamento do processo de aprendizagem. As turmas on-line podem ser formadas em empresas, sindicatos, órgãos públicos e em qualquer organização que possa disponibilizar computadores para que os estudantes realizem as atividades do Telecurso TEC.

Fonte: RAMAL, 2011.

⁵ A Fundação Roberto Marinho é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como missão a mobilização de pessoas e comunidades, por meio de comunicação, de redes sociais e parcerias, para a criação e desenvolvimento de iniciativas educacionais contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Destacam-se em sua trajetória os programas destinados à escolarização básica de jovens e adultos, especialmente os Telecursos (Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante) e os de Formação de Professores e apoio Didático de Ensino Médio.

O Centro Paula Souza valendo-se da experiência da Fundação Roberto Marinho em Educação a Distância e de sua própria experiência na implementação de cursos técnicos profissionais em nível médio lançou, em 2006, o Programa Telecurso TEC, com a oferta de cinco cursos técnicos, distribuídos nas áreas profissionais de Gestão, Comércio e Turismo, conforme Tabela 3:

Tabela 3. Cursos ofertados no Programa Telecurso TEC.

Área	Curso	Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3
		Qualificação	Qualificação	Habilitação Profissional
Gestão	Administração Empresarial	Assistente de Planejamento	Auxiliar Administrativo e Financeiro	Técnico em Administração Empresarial
	Secretariado e Assessoria	Assistente de Planejamento	Auxiliar de Eventos	Técnico em Secretariado e Assessoria
	Gestão de Pequenas Empresas	Assistente de Planejamento	Gerente Administrativo	Técnico em Gestão de Pequenas Empresas
Comércio	Vendas e Representação Comercial	Auxiliar Administrativo de Vendas	Assistente Comercial	Técnico em Vendas e Representação Comercial
Turismo	Turismo	Assistente de Serviços Turísticos	Assistente de Eventos em Serviços Turísticos	Técnico em Turismo

Fonte: RAMAL, 2011.

Inicialmente, foram ofertados cursos da área de Gestão. Cada curso é dividido em 3 módulos, num total de um ano e meio de duração.

O programa prevê que o aluno, para estudar, opte por apenas um curso e módulo. Ao final de cada módulo, o aluno recebe uma certificação de qualificação profissional ou diploma de técnico, correspondente ao módulo de formação.

Para estudar pelo Programa Telecurso TEC, independente da modalidade escolhida, são apresentados aos alunos os seguintes materiais didáticos: a) livros didáticos, b) programas referentes aos capítulos dos livros, disponibilizados em DVDs e apresentados na TV Globo, TV Cultura e Canal Futura e na internet (www.globo.com), c) ambiente virtual. O livro é a fonte principal de consulta e estudo.

Para acompanhar e redirecionar o processo de desenvolvimento de competências, voltadas para a construção dos perfis de conclusão distinguidos por módulos e cursos, os alunos, ao final de cada módulo, devem realizar os exames presenciais para fins de certificação do módulo⁶. Cada questão acertada equivale

⁶ Os exames presenciais consistem na aplicação de provas, em uma única data e horário, específicas para cada módulo e curso. São elaboradas por um grupo de professores especialistas, contendo 30 questões de múltipla escolha, correspondendo as habilidades e competências estudadas em cada capítulo do livro, definidas com base no perfil profissional.

a 1 (um) ponto e os pontos, convertidos em menções. Para atribuição de menções, é considerada a seguinte tabela de pontuação:

Tabela 4. Pontuação do Exame Presencial do Programa Telecurso TEC.

NÚMERO DE ACERTOS	MENÇÃO	INDICAÇÃO	DEFINIÇÃO
De 0 a 15 pontos	Menção I (Insatisfatório)	Retenção	Os conceitos indicam o desempenho dos alunos no desenvolvimento das competências.
De 16 a 20 pontos	Menção R (Regular)	Promoção	
De 21 a 25 pontos	Menção B (Bom)		
De 26 a 30 pontos	Menção MB (Muito Bom)		

Fonte: RAMAL, 2011.

A fim de atender ao disposto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a nomenclatura dos cursos do Programa Telecurso TEC passou, em 2011, para os nomes apresentados na tabela a seguir:

Antes	Depois
Administração Empresarial	Administração
Gestão de Pequenas Empresas	Comércio
Secretariado e Assessoria	Secretariado

Juntamente à nova nomenclatura, o Centro Paula Souza, pelo Parecer CEE nº 372/2011, foi credenciado por mais 5 (cinco) anos para ofertar os cursos técnicos do Programa Telecurso TEC

IV - Estrutura Organizacional

Para viabilizar o Ensino a Distância, inicialmente com a implementação, implantação e gerenciamento do Programa Telecurso TEC, foi criado pela Deliberação CEETEPS nº 003, de 11/05/2006, o Centro de Educação a Distância, subordinado a Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico.

A partir de 06/02/2009, por meio da Deliberação CEETEPS nº 004/2009, a nomenclatura do Centro de Educação a Distância passou para Grupo de Estudo de Educação a Distância, ainda vinculado à Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico, tendo como atribuições:

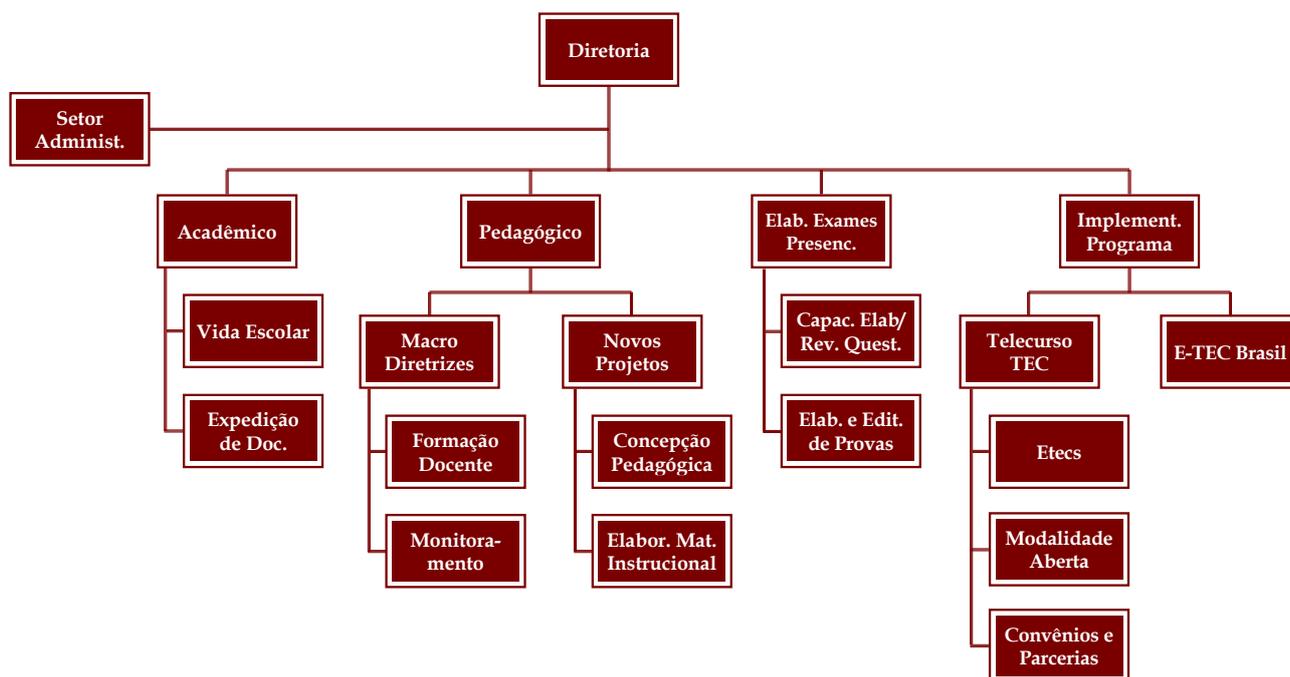
- I - organizar cursos e programas de EaD na sua área de atuação;
- II - elaborar diretrizes e normas para oferta de cursos de EaD na sua área de atuação;
- III - acompanhar e avaliar a implantação e funcionamento dos cursos de EaD no nível de ensino médio e técnico;
- IV - elaborar normas e manuais de procedimentos;
- V - elaborar as organizações curriculares dos cursos e validar o material didático a ser utilizado;

- VI - organizar o esquema operacional do curso indicando eventuais subsedes e postos, destinados as inscrições, matrículas, distribuição de materiais didáticos e avaliação de alunos, dentre outros;
- VII - fornecer suporte técnico-pedagógico aos profissionais que irão atuar no atendimento aos alunos;
- VIII - responsabilizar-se pela organização e aplicação das avaliações presenciais;
- IX - responsabilizar-se pelos serviços de documentação e escrituração escolar;
- X - responsabilizar-se por manter atualizadas a documentação e legislação específica de cada curso;
- XI - responsabilizar-se pela expedição de certificados e diplomas e outros documentos pertinentes à vida escolar;
- XII - pesquisar e analisar recursos tecnológicos de informação e comunicação (TIC), buscando a inovação em tecnologias educacionais com vistas a apoiar as atividades pedagógicas nas UEs e em ações de EaD;
- XIII - estabelecer intercâmbios com instituições congêneres.

(Artigo 38-A, Seção I I, da Deliberação CEETEPS nº 04/2009).

A fim de atender às atribuições contidas na Deliberação CEETEPS nº 4/2009, o Grupo de Estudo de Educação a Distância foi organizado da seguinte maneira:

Figura 1. Estrutura organizacional do Grupo de Estudo de Educação a Distância.



Fonte: Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

V - Experiências e resultados obtidos

Obs.: A seguir, serão apresentados alguns dados em sequência cronológica, mantendo-se as denominações dos cursos que eram vigentes naquelas épocas.

5.1 – Modalidade Semipresencial – Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – ofertada no período de 2007 a 2009.

Em 2006, o Centro Paula Souza juntamente com a Fundação Roberto Marinho, estabeleceu parceria com a **Secretaria Municipal de Educação** oferecendo, por meio de processo de seleção, para as comunidades aos arredores das escolas, 206 vagas nos referidos cursos. Nessa parceria estabeleceu-se que a Secretaria Municipal de Educação cederia as escolas (5 CEUs e 1 EMEF)⁷ e o Centro Paula Souza, juntamente com a Fundação Roberto Marinho, qualificaria os Professores Orientadores de Aprendizagem indicados pelas unidades de ensino.

⁷ CEUs – Centros Educacionais Unificados, vinculados a Secretaria Municipal de Educação, é um complexo educacional, esportivo e cultural caracterizado como espaço público múltiplo, garantem aos moradores dos bairros mais afastados acesso a equipamentos públicos de lazer, cultura, tecnologia e práticas esportivas, contribuindo com o desenvolvimento das comunidades locais. EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental, também ligada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta parceria teve como resultado: 128 alunos qualificados no Módulo I, 92 no Módulo II e 39 no Módulo III, assim distribuídos:

Tabela 5. Quantidade de alunos da SME/SP certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2007 a 2009.

CEUs/EMEF	Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	Certificados/Diplomas
CEU Inácio Monteiro	Assistente de Planejamento	128	220 certificados e 39 diplomas expedidos.
	Auxiliar Administrativo	37	
CEU Paz	Técnico em Administração Empresarial	29	
	Gerente Administrativo	21	
CEU Pera Marmelo	Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	4	
CEU Rosa da China	Auxiliar de Eventos	34	
CEU Três Lagos	Técnico em Secretariado e Assessoria	6	
EMEF Campos Salles			

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

5.2 – Modalidade Semipresencial – Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – ofertada no período de 2007 a 2010.

Em 2007 o programa foi ofertado para a **Secretaria Estadual de Educação de São Paulo**, por meio de contrato de parceria assinado entre o Centro Paula Souza, Fundação Roberto Marinho e FDE⁸. O programa foi realizado em 376 escolas estaduais da região metropolitana de São Paulo e ofereceu, por meio de inscrição, o curso de Gestão de Pequenas Empresas, na modalidade semipresencial, para alunos matriculados no ensino médio. Os alunos foram organizados em turmas, mediadas, cada uma delas, por um Professor Orientador de Aprendizagem (professor da Rede Estadual).

O Programa Telecurso TEC na rede estadual de educação de São Paulo foi estruturado para ter a duração de dois anos. O conteúdo foi dividido em 4 módulos: um Módulo Introdutório – voltado ao desenvolvimento do perfil empreendedor e do espírito protagonista do aluno – e três Módulos (I, II e III) semestrais com conteúdo específico do curso de Gestão de Pequenas Empresas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 6. Estrutura do curso de Gestão de Pequenas Empresas para alunos da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

ÁREA	CURSO	MÓDULO INTRODUTÓRIO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		HABILITAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
			MÓD. I	MÓD. II	
Gestão	Gestão de Pequenas Empresas	Empreendedorismo	Assistente de Planejamento	Gerente Administrativo	Técnico em Gestão de Pequenas Empresas

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

O Centro Paula Souza e a Fundação Roberto Marinho qualificaram os professores designados pela rede estadual de educação para atuarem como Orientadores de Aprendizagem. Ao final do programa de formação continuada⁹ todos os professores receberam um certificado de participação do curso.

Por solicitação da Secretaria Estadual de Ensino foi somada, ao sistema de avaliação presencial, a avaliação formativa que acompanha e registra o desempenho do aluno em sala de aula e nas atividades a distância desempenhadas.

A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, observando o resultado do Programa, ofertou novamente o módulo I do curso de Gestão de Pequenas Empresas para alunos do ensino médio da SEE/SP. A parceria teve como resultados os dados apresentados a seguir:

Tabela 7. Quantidade de alunos da SEE/SP certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2007 a 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO		Certificados/Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	22.412	29.481 certificados e 5.528 diplomas expedidos.
Gerente Administrativo	7.069	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	5.528	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

Os fatores positivos dessa parceria foram:

- possibilitar que os alunos realizassem estágios, aumentando a empregabilidade destes e/ou a qualificação daqueles que já estavam empregados.
- despertar o espírito empreendedor do aluno, estimulando-o na participação da abertura de pequenos negócios, favorecendo economicamente e socialmente a sua família.

⁸ FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação é responsável por viabilizar a execução das políticas definidas pela Secretaria de Educação, implantando e gerindo programas, projetos e ações destinadas a garantir o bom funcionamento, o crescimento e o aprimoramento da rede pública estadual de ensino.

⁹ O Programa de Formação Continuada (PFC) pode ser entendido como um processo de desenvolvimento contínuo para a aquisição de conhecimentos, atitudes e competências gerais. É um plano de ação que dá subsídio para que o professor desempenhe as funções de Orientador de Aprendizagem.

5.3 – Modalidade Semipresencial – Administração Central do Centro Paula Souza – ofertada no período de 2008 a 2012.

Tendo em vista o perfil de formação dos cursos técnicos e levando-se em consideração a necessidade de oferta de qualificação profissional para **funcionários administrativos do Campus da Administração Central do Centro Paula Souza** – envolvendo a Administração Central, a Etec São Paulo e a Fatec São Paulo –, a Superintendência dessa instituição autorizou, em 2009, que fossem formadas turmas de funcionários para os cursos técnicos de Administração Empresarial e Secretariado e Assessoria.

As turmas foram formadas por alunos e funcionários oriundos do Programa de Complementação de Escolaridade – Valorizando o Saber e o Fazer¹⁰, Ensino Médio – modalidade EJA.

A Administração Central do Centro Paula Souza ofertou gratuitamente o material didático para todos os alunos matriculados no Programa, utilizados em aulas presenciais, sob orientação de um funcionário orientador de aprendizagem, capacitado pelo Grupo de Estudo de Educação a Distância.

Os cursos foram ofertados na modalidade semipresencial, obtendo os seguintes resultados:

Tabela 8. Quantidade de alunos funcionários administrativos, concluintes do ensino médio - EJA do Campus da Administração Central do Centro Paula Souza, no período de 2008 a 2012.

FUNCIONÁRIOS DO CEETEPS		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	114	239 certificados e 105 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	76	
Técnico em Administração Empresarial	65	
Auxiliar de Eventos	49	
Técnico em Secretariado e Assessoria	40	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

Ainda, em 2013, serão ofertadas novas vagas do Programa Telecurso TEC para os funcionários administrativos do Campus da Administração Central.

5.4 – Modalidade Aberta – Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás – ofertada no período de 2009 a 2011.

Em 2009, por meio de contrato de parceria, a **Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás**, por

intermédio do Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira, credenciado pelo Governo de Goiás para expedir certificados e diplomas dos alunos concluintes, foi firmada parceria com o Centro Paula Souza e Fundação Roberto Marinho com a finalidade de aplicar o exame presencial para os interessados daquele Estado, distribuídos em 43 Municípios, cadastrados na modalidade aberta. Foram aplicados exames presenciais para os módulos I, II e III dos cursos de Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretariado e Assessoria.

As provas dos exames presenciais ocorreram entre 29/11/2010 a 02/10/2011, foram elaboradas por professores especialistas do Centro Paula Souza e reproduzidas, distribuídas, aplicadas e corrigidas pela Secretaria da Ciência e Tecnologia de Goiás. Teve como resultado os seguintes dados:

Tabela 9. Quantidade de alunos da SECTEC/GO certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2009 a 2011.

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	220	324 certificados e 84 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	63	
Técnico em Administração Empresarial	57	
Gerente Administrativo	9	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	4	
Auxiliar de Eventos	32	
Técnico em Secretariado e Assessoria	23	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

5.5 – Modalidade Semipresencial – Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais – ofertada no período de 2009 a 2011.

Também em 2009, por meio de contrato, a **Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais** firmou parceria com o Centro Paula Souza e com a Fundação Roberto Marinho para implementar os cursos técnicos de Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretariado e Assessoria, na modalidade semipresencial, em escolas designadas pela SEE/MG, para alunos matriculados no ensino médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos daquele Estado.

O programa Telecurso TEC foi ofertado para alunos do curso integrado (ensino médio integrado com o ensino técnico – Programa Telecurso TEC) e para alunos do curso subsequente (ensino técnico – Programa Telecurso TEC após a conclusão do ensino médio), do Programa de Educação Profissional na Educação de Jovens e Adultos (PEP-EJA).

Para viabilização do Programa, bem como, da aplicação das provas dos Exames Presenciais, o Centro Paula Souza, a Fundação Roberto Marinho e a SEE/MG, designaram um coordenador local.

¹⁰ O Programa de Complementação de Escolaridade teve início em 2006, visando a erradicação do analfabetismo de servidores administrativos do Campus do Centro Paula Souza. Englobou funcionários da Etec São Paulo, Fatec São Paulo e Administração Central, oferecendo-lhes o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, na modalidade de EJA, com a duração de 2 anos cada um deles. O Programa está em funcionamento até a presente data.

As provas foram impressas, distribuídas, aplicadas e corrigidas sob responsabilidade da Coordenação local.

Como resultados dessa parceria, destacamos os dados a seguir:

Tabela 10. Quantidade de alunos do ensino médio integrado ao ensino técnico da SEE/MG certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2009 a 2011.

MINAS GERAIS - INTEGRADO		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	15.056	28.420 certificados e 12.922 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	5.618	
Técnico em Administração Empresarial	5.447	
Gerente Administrativo	5.258	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	5.060	
Auxiliar de Eventos	2.488	
Técnico em Secretariado e Assessoria	2.415	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

Tabela 11. Quantidade de alunos concluintes do ensino médio (subsequente) da SEE/MG certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2009 a 2011.

MINAS GERAIS - SUBSEQUENTE		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	2.669	5.079 certificados e 2.353 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	557	
Técnico em Administração Empresarial	550	
Gerente Administrativo	1.452	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	1.409	
Auxiliar de Eventos	401	
Técnico em Secretariado e Assessoria	394	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

Nesta parceria, chamou-nos a atenção a participação motivadora dos Orientadores de Aprendizagem da SEE/MG, verificada pela quantidade de atividades, matérias e depoimentos postados no blog do Ambiente Virtual do Programa Telecurso TEC.

5.6 – Modalidade Semipresencial – Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza – ofertada desde 2010 até 2012.

O Programa Telecurso TEC foi implementado nas Etecs do Centro Paula Souza em 2010. Por meio do Programa Telecurso TEC as Etecs oferecem cursos técnicos de Administração, Comércio e Secretariado, na modalidade semipresencial, com aulas aos sábados

ou durante a semana complementadas por mediação pedagógica em Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para ingressar no Programa Telecurso TEC, o interessado deve ser aprovado no processo de classificação – Vestibulinho ofertado nas Etecs. O Vestibulinho ocorre no 1º e no 2º semestre de cada ano. Para ingressar aos cursos do Programa Telecurso TEC, os interessados deverão estar cursando ou ter concluído o 2º ano do ensino médio.

No início de cada módulo, os professores Orientadores de Aprendizagem, designados pela Direção da Etec, participam de um programa de Formação Continuada com o objetivo de subsidiá-los no exercício de suas atividades e familiarizá-los com o Ambiente Virtual do Programa Telecurso TEC.

Desde 2010 até 2012, foram expedidos 11.902 certificados e 3.731 diplomas, conforme tabela a seguir:

Tabela 12. Quantidade de alunos das Etecs certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2010 a 2012.

EETCs		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	6.782	11.902 certificados e 3.731 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	1.819	
Técnico em Administração Empresarial	1.257	
Gerente Administrativo	1.699	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	1.238	
Auxiliar de Eventos	1.602	
Técnico em Secretariado e Assessoria	1.236	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

5.7 – Modalidade Semipresencial – São Paulo Transportes (SPTrans) – ofertada no período de 2011 a 2012.

Por meio de um Acordo de Cooperação assinado em 31/03/2011 entre a SPTrans e o Centro Paula Souza, foi ofertado para os funcionários da SPTrans cursos técnicos de Administração e Secretariado, na modalidade semipresencial. Este acordo também previa a capacitação de funcionários para exercerem as atividades de orientadores de aprendizagem, o apoio pedagógico e outras atividades de interesse de ambas as instituições referentes ao Programa Telecurso TEC. (Acordo de Cooperação nº 004/2011 – Processo SPTrans nº 479/11).

A SPTrans formou, juntamente com o Grupo de Estudo de Educação a Distância, uma equipe responsável pela implementação, monitoramento, supervisão e avaliação do programa. Coube a SPTrans a oferta gratuita do material didático aos seus alunos funcionários.

Essa parceria teve os dados a seguir:

Tabela 13. Quantidade de alunos funcionários do SPTrans, no período de 2011 a 2012.

FUNCIONÁRIOS DO CEETEPS		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	106	191 certificados e 80 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	70	
Técnico em Administração Empresarial	65	
Auxiliar de Eventos	15	
Técnico em Secretariado e Assessoria	15	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

O sucesso dessa parceria deveu-se ao empenho das instituições envolvidas e do acompanhamento da aprendizagem dos funcionários por parte da equipe da SPTrans.

5.8 – Modalidade On-line – Funcionários Administrativos do Centro Paula Souza – ofertada desde 2011.

O Centro Paula Souza começou a oferecer a modalidade on-line do Programa Telecurso TEC a partir de março de 2011. Os cursos de Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas, e Secretariado e Assessoria foram ofertados para turmas piloto de servidores da Administração Central do Centro Paula Souza, das Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs).

O ingresso nos cursos deu-se mediante processo de inscrição, amplamente divulgado nas Etecs, Fatecs e Administração Central do Centro Paula Souza.

As turmas on-line são conduzidas por um professor Tutor. Os estudos são a distância, por meio do ambiente virtual de aprendizagem do Programa Telecurso TEC, disponibilizado em <http://centropaulasouza.sp.gov.br/telecurso-tec/telecurso-tec.asp>.

É pelo ambiente virtual de aprendizagem que ocorre a interação entre o professor Tutor e os alunos.

No período de 2011 a 2012 foram expedidos 152 certificados e 41 diplomas, conforme tabela a seguir.

Tabela 14. Quantidade de alunos funcionários Modalidade On-Line do Centro Paula Souza, certificados pelo Programa Telecurso TEC, no período de 2011 a 2012.

FUNCIONÁRIOS DO CEETEPS - ON-LINE		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	116	152 certificados e 41 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	13	
Técnico em Administração Empresarial	16	
Gerente Administrativo	8	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	10	
Auxiliar de Eventos	15	
Técnico em Secretariado e Assessoria	15	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

5.7 – Modalidade Aberta – ofertada desde 2007.

O Centro Paula Souza iniciou a Modalidade Aberta do Programa Telecurso TEC em 2007, oferecendo os cursos técnicos em Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretariado e Assessoria.

Na modalidade aberta o aluno estuda sozinho, acompanha o curso por meio da programação na TV Globo, TV Cultura e TV Futura, juntamente com os livros do Telecurso TEC disponíveis em www.centropaulasouza.sp.gov.br e vídeos em www.globo.com.

Para auxiliar em seus estudos, os alunos contam, ainda, com um fórum para esclarecimento de dúvidas técnicas localizado no link <http://telecursotec.cpsctec.com.br/forumgeral> constante no site <http://centropaulasouza.sp.gov.br> - seção Telecurso TEC.

As normas que regem os Exames Presenciais constam nos Comunicados Públicos, divulgados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.) e no site <http://centropaulasouza.sp.gov.br> - seção Telecurso TEC. A partir das publicações dos Comunicados no D.O.E., os alunos efetuam, nas datas previamente marcadas, suas inscrições nas escolas polos e participam dos exames presenciais de conclusão de Módulo.

Os exames presenciais da Modalidade Aberta ocorrem duas vezes ao ano: um no 1º semestre e outro no 2º semestre. Caso o aluno seja aprovado, a Secretaria Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, de acordo com a opção do estudante no ato da inscrição, envia o Certificado ou o Histórico Escolar e Diploma para a sua residência, por meio dos Correios ou para a escola onde realizou o Exame Presencial. Os resultados da modalidade aberta desde sua instituição em 2007 estão apresentados a seguir:

Tabela 15. Quantidade de alunos matriculados na modalidade aberta, certificados pelo Programa Telecurso TEC, entre o período de 2007 a 2012.

ALUNOS DA MODALIDADE ABERTA		Certificados/ Diplomas
Qualificação/Habilitação	Nº de Concluintes	
Assistente de Planejamento	644	1.111 certificados e 238 diplomas expedidos.
Auxiliar Administrativo	246	
Técnico em Administração Empresarial	118	
Gerente Administrativo	113	
Técnico em Gestão de Pequenas Empresas	54	
Auxiliar de Eventos	108	
Técnico em Secretariado e Assessoria	66	

Fonte: Banco de dados Telecurso TEC - Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância, 2013.

VI – Ações futuras referentes ao Ensino Técnico a Distância no Centro Paula Souza.

Tendo em vista que a partir do início de 2013, houve o encerramento do contrato entre o Centro Paula

Souza e Fundação Roberto Marinho e, para garantir a continuidade desse programa no âmbito do Centro Paula Souza, ambas instituições resolveram:

- a) que, caso seja de comum acordo, as instituições poderão licenciar editoras para impressão e distribuição de materiais impressos, eletrônicos, audiovisual ou digital, ou ainda, toda e qualquer forma de comunicação ao público;
- b) que ambas instituições estão autorizadas, desde que as partes sejam notificadas, a utilizarem e distribuírem recursos didáticos-pedagógicos, incluindo material impresso, eletrônico e audiovisual, vedada a alteração de seus conteúdos, amparada pela Lei 9.610 de 1998 (Lei de Direitos Autorais);
- c) que o programa e os materiais produzidos e utilizados neste são de titularidade conjunta das instituições na proporção de 50% para cada, pelo prazo de 70 anos;
- d) a criação de um Comitê de Tecnologia formado por representantes da Fundação Roberto Marinho e Centro Paula Souza para discutir e compartilhar melhorias no Ambiente Virtual e demais materiais instrucionais do Programa Telecurso TEC;
- e) que cada instituição possuirá o seu Ambiente Virtual do Programa, responsabilizando-se pela sua gestão, custeio de manutenção e melhoria da plataforma;

Tendo em vista, ainda, as experiências adquiridas com o Programa Telecurso TEC, em 2011 o Centro Paula Souza aderiu ao Programa E-TEC Brasil.

Por meio do Grupo de Estudo de Educação a Distância, o Centro Paula Souza, no final de 2012 encaminhou para o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, solicitação de autorização de funcionamento dos cursos técnicos de Informática e de Eletroeletrônica, ambos em EaD.

Para o desenvolvimento dos referidos cursos, foram designados professores especialistas, de diferentes áreas e de diferentes Etecs.

Os cursos foram baseados nos livros e vídeos da Coleção Técnica (Volumes Informática e Eletroeletrônica) elaborados por professores especialistas do Centro Paula Souza e pela Fundação Padre Anchieta.

Atualmente, encontram-se em desenvolvimento os ambientes virtuais de aprendizagem na plataforma Moodle¹¹ dos cursos acima mencionados, contendo os roteiros de aulas, as vídeo aulas, produzidas no estúdio do Centro Paula Souza, localizado na Etec de Artes – São Paulo.

A implantação desses cursos nas Etecs visa contribuir ainda mais a ampliação de cursos técnicos de qualidade para a população, aliada ao plano de expansão do Governo do Estado de São Paulo.

VII – Considerações Finais

O Programa Telecurso TEC demonstra-se relevante para as políticas educacionais do Estado de São Paulo, considerando que agrega valores qualitativo e quantitativo na aprendizagem dos alunos, verificados nos resultados obtidos, já demonstrados nesta matéria.

O programa apresenta, ainda, algumas características importantes, a saber:

- os cursos são gratuitos,
- pode ser moldado de acordo com a necessidade da instituição parceira,
- a aprendizagem do aluno, a todo o momento, é acompanhada por uma equipe de professores especialistas,
- escrituração escolar centralizada em um ambiente virtual, agilizando o atendimento aos alunos e demais interessados, vinculados ao programa: Orientador de Aprendizagem, Coordenador, Diretor etc.

Diante do exposto, podemos afirmar que o Ensino Técnico a Distância no Centro Paula Souza vem se solidificando a cada ano, haja vista o aumento na procura de Etecs para oferta dos cursos em EaD, a implementação dos cursos de Informática e Eletroeletrônica e de interessados à procura de qualificação profissional. Desde 2007 até o final de 2012 foram expedidos 77.119 certificados de qualificação técnica e 25.121 diplomas de habilitação técnica.

Tal constatação tende a incorporação da modalidade EaD como mais uma modalidade ofertada pela Etec, numa instituição que é modelo de ensino no país, ofertando, por meio de cursos técnicos, uma formação cidadã e profissional de qualidade, quer seja presencialmente ou a distância, para jovens e adultos trabalhadores a fim de que possam buscar suas oportunidades no mercado de trabalho.

Referências

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2, do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, de 18/04/1997, p 7760. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 12/04/2013.

_____. Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 14/05/2013.

RAMAL, Andrea e Silvina. Administração, gestão de pequenas empresas, secretariado e assessoria. Módulo 1. 2ª

¹¹ O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. Permite a criação e a administração de cursos na Web onde os professores podem criar salas de estudo online, disponibilizar material didático e propor tarefas interativas como fóruns, wikis e testes. Esse ambiente facilita a troca de conhecimento entre tutor e aluno e de arquivos.

edição. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2011.

SÃO PAULO (Centro Paula Souza). Banco de dados CETEC. Disponível em <www.cpsctec.com.br/bdctec/index.php>. Acesso em 25/03/2013.

_____ Banco de dados da gestão acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância. Disponível em <www.telecurstec.org.br>. Acesso em 25/03/2013.

SÃO PAULO (Conselho Estadual de Educação). Parecer CEE/SP nº 372/2011. Recredenciamento da Instituição com os Cursos Técnicos em Administração, em Comércio e em Secretariado, aprovação do Regimento Escolar para EaD e autorização para as novas unidades de ensino funcionarem como polos, nos termos da Deliberação CEE nº 97/10. Diário Oficial, São Paulo, SP, 27/10/2011, Seção I, págs. 55 e 56. Disponível em <http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=67019&acao=entrar>. Acesso em: 12/04/2013.

_____ Deliberação Ceeteps 003, de 11/05/2006. Altera a Deliberação Ceeteps 005-1993 que dispõe sobre a estrutura interna dos Órgãos da Administração Central do Ceeteps. Disponível em <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/QuemSomos/Departamentos/cgd/Deliberacoes%202006.pdf>>. Acesso em: 12/04/2013.

_____ Deliberação Ceeteps 004, de 05/02/2009. Altera dispositivos da Deliberação CEETEPEPS - 3, de 30.05.2008, que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" e dá providências correlatas. Diário Oficial, São Paulo, SP, 06/02/2009, Seção I, págs 27 e 28.

_____ Parecer CEE/SE nº 424/2006. Autorização de funcionamento de cursos de educação a distância das Habilitações Profissionais Técnicas de Nível Médio. Disponível em <<http://www.ceesp.sp.gov.br/documento.php?doc=152>>. Acesso em: 12/04/2013. SÃO PAULO (Centro Paula Souza).

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei de 06 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Diário Oficial, São Paulo, SP, Atos Legislativos, n. 191, ano LXXIX, 7/10/1969, p. 3. Disponível em <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/GatewayPDF.aspx?link=/1969/executivo/outubro/07/pag_0003_1O4T0UP07B4BOe7DKLRDA3L4C6F.pdf>. Acesso em: 12/04/2013.

_____ Lei nº 952, de 10 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e dá providências correlatas. Diário Oficial, São Paulo, SP, n. 21, ano LXXXVI, 31/01/1976, p. 1. Disponível em <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19760131&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=1>>. Acesso em: 12/04/2013.

Adelina Maria Lúcio

Trabalha na Gestão Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância desde 2007, é formada em Pedagogia com ênfase em Administração Escolar e em Supervisão Escolar, Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, Especialização em Formação de Orientadores de Aprendizagem para Educação a Distância e Especialização em Gestão Escolar.

Sandra Regina Tonarelli Rodrigues

Trabalha no Grupo de Estudo de Educação a Distância desde 2006. Possui bacharelado em Administração de Empresas, aperfeiçoamento em Organização, Métodos e Sistemas, licenciatura em Pedagogia com ênfase em Supervisão Escolar e especialização em Formação de Orientadores de Aprendizagem para Ensino a Distância.

AIMPLANTAÇÃO DO TELECURSO TEC: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUPERVISÃO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Prof. José Vitório Sacilotto

Resumo

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS é a principal instituição pública estadual responsável pela implementação de políticas públicas de educação profissional e tecnológica - EPT no Estado de São Paulo. A oferta de cursos técnicos na modalidade de educação a distância - EaD constitui uma alternativa para a democratização da oferta e do acesso a educação profissional. A integração da experiência da Fundação Roberto Marinho - FRM no desenvolvimento de cursos a distância com o desempenho institucional do CEETEPS na implantação de educação profissional pública tornou viável a formação do Telecurso TEC, programa de qualificação profissional mediante a oferta de cursos técnicos na modalidade EaD. Este trabalho apresenta os principais dispositivos legais incidentes sobre as modalidades (EaD e EPT) e interpreta instrumentalmente algumas possíveis acepções dos termos legais. Da perspectiva da supervisão escolar, relata a experiência dos credenciamentos e autorizações junto ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo e aponta as adequações requeridas do projeto face às diferenças de regulação, decorrentes da autonomia dos sistemas de ensino. Descreve sucintamente a implantação dos cursos em contextos diversificados como nos Centros Educacionais Unificados da Prefeitura Municipal de São Paulo, nas escolas em regiões de alta vulnerabilidade social como as escolas públicas de ensino médio da rede estadual, em outras redes estaduais como Minas Gerais e Goiás e nas unidades de ensino do próprio CEETEPS.

Palavras-chave: Educação profissional. Educação a distância. Políticas públicas de educação. Telecurso TEC. Supervisão Escolar. Credenciamento e autorização de instituições e cursos. Implantação de cursos técnicos em educação a distância.

1. Introdução

A oferta de cursos técnicos na modalidade de educação a distância - EaD se inscreve nos objetivos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS. Seu Regimento estabelece como finalidade institucional “a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica em seus diferentes níveis e modalidades” (artigo 3º, *caput*). O CEETEPS é o órgão da administração pública paulista responsável pela implementação das políticas públicas de educação profissional e tecnológica - EPT no Estado de São Paulo.

A ação do CEETEPS para democratização da oferta e do acesso à EPT na última década se realiza, entre outras, pela ampliação quantitativa da rede de escolas técnicas e de faculdades, pela oferta de cursos em parcerias com instituições públicas e privadas, pela ampliação da capacidade das escolas e diversificação

da oferta de novos cursos. Estas ações mostram-se, na realidade, insuficientes para atender à demanda existente, à vista da crescente quantidade de inscrições para os exames vestibulares e classificatórios de ingresso nas escolas técnicas. A esses excedentes de demanda pode ser agregado um contingente indeterminado de cidadãos interessados em cursar a EPT, mas que não têm condições de frequentar a escola presencial nos tempos e lugares determinados. A simultaneidade obrigatória da relação didática, a fixação do local de ensino-aprendizagem; a necessidade de obedecer a um ritmo de aprendizagem determinado e quantificado pelo processo de ensino e não pelas necessidades individuais do aluno, a distância geográfica entre a escola e a residência ou local de trabalho constituem prováveis impedimentos para o acesso de muitos.

Uma das alternativas possíveis para ampliar a oferta e o acesso é investir em outras modalidades de educação, como a EaD, possibilidade prevista nos objetivos do CEETEPS e incumbência indicada na legislação educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9494/1996) - LDB acomete ao Poder Público incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (artigo 80, *caput*). No ensino fundamental, poderá ser o “ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (artigo 32, § 4º). Os Estados e Municípios devem “prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados” (artigo 87, § 3º, inciso II). Os recursos e tecnologias de educação a distância podem subsidiar a formação inicial (artigo 62, § 2º) e ser utilizados na formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (artigo 62, § 3º e artigo 87, § 3, inciso III). Esta previsão dos usos declarados da EaD no ensino regular não esgota as possibilidades e eventuais derivações de sua aplicação nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

No texto vigente da LDB, a expressão “a distância” aparece 11 (onze) vezes, das quais 9 (nove) qualificando o termo “educação” e as demais se referindo a “ensino” e a “cursos”. A educação a distância é considerada uma modalidade tal qual a educação especial, profissional, de jovens e adultos, quilombola, indígena etc.. As modalidades de educação são transversais aos 2 (dois) níveis de ensino do Brasil (educação básica e educação superior) e às outras modalidades.

Até 2005, a experiência do CEETEPS na modalidade se restringe à oferta de cursos de capacitação para docentes e funcionários¹. Para um programa mais amplo de oferta, com cobertura estadual, seria imperioso se associar a uma instituição reconhecidamente experiente na modalidade.

Os contatos com a Fundação Roberto Marinho - FRM começam em meados daquele ano, com objetivo de

integrar a atuação de duas instituições com experiência e competência em seus campos de atuação: a FRM nas linguagens e tecnologias de EaD e o CEETPS na implantação de cursos técnicos no Estado de São Paulo. As primeiras reuniões da parceria que se estabelece, mediante a celebração de um contrato, são realizadas em São Paulo, na Administração Central do CEETEPS, e no Rio de Janeiro, na sede da FRM. São dedicadas a configurar a gestão compartilhada do futuro programa, a elaboração dos planos de curso, as modalidades de oferta, as metodologias e as linguagens e recursos de TIC que serão empregados².

O contrato assinado em 2005 atribuiu à FRM o desenvolvimento da metodologia e dos recursos didático-pedagógicos do programa (programas de TV, livro do aluno, cursos *on-line* etc.) e do ambiente virtual (recursos acadêmicos e didático-pedagógicos), o monitoramento do programa, licenciamento dos materiais de formação de professores, entre outros. Os planos de curso foram construídos em colaboração entre as instituições.

No projeto adota-se a nomenclatura Telecurso TEC para o programa, licenciado pela FRM, nome associado a outros programas já desenvolvidos pela Fundação, como o Telecurso.

Retomando definições

O artigo 80 da LDB, que trata da educação a distância, foi regulamentado pelo Decreto Federal 5622/2005. Foi posteriormente alterado pelo Decreto Federal 6.303/2007 nos dispositivos referentes à educação superior e este complementado pela Portaria Normativa MEC nº 02, de 10 de janeiro de 2007 e portarias seguintes. As normas referentes à educação básica e à educação profissional de nível médio continuam vigentes.

A análise de alguns aspectos da definição de educação a distância encontrada na legislação brasileira pode ser elucidativa. O Decreto Federal 5622/2005 indica que a EaD se caracteriza como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (artigo 1º). Esta “caracterização” é geralmente reproduzida nas regulamentações expedidas pelos órgãos normativos dos sistemas estaduais de educação, tal como no artigo 1º da Deliberação³ 97/2010 do Conselho Estadual de São Paulo - CEE.

É possível aplicar os elementos da caracterização ao ensino presencial de um curso técnico, por exemplo? Em ambos o processo de ensino-aprendizagem é mediatizado pela relação aluno-professor, tal qual a definição acima aponta. A comparação exige um exame mais detalhado de cada termo dessa equação pedagógica.

O processo educativo tem por foco o aluno; o ensino e seus recursos são meios para a sua aprendizagem. Quem é esse aluno? Quando antecede o semestre/ano letivo, o planejamento didático pressupõe um aluno-tipo, cujo perfil é traçado antecipadamente, em geral, coincidente com um “aluno-médio”, produzido pela combinação e pelo histórico das representações do corpo discente ao

longo de um determinado período. O perfil indica um aluno abstrato. No planejamento antecipado, os objetivos do ensino, as metodologias que serão empregadas, as atividades didáticas previstas e até os instrumentos e critérios de avaliação não incidem na singularidade de cada aluno. O planejamento didático não leva em conta o aluno concreto, um dos elementos da relação pedagógica.

O aluno concreto apenas se apresentará durante o processo de ensino-aprendizagem, nas interações didáticas e pessoais. As possíveis diferenças, resultantes da comparação entre as modalidades de ensino, podem ser configuradas na mediação pedagógica do processo. A “caracterização” da definição legal não é explícita. Em EaD, a mediação e a relação pedagógica exigem novos modos de intervenção e resposta, diversos dos modos convencionais da sala de aula e ultrapassam os encontros pessoais. Os “meios e tecnologias de informação e comunicação” podem ser utilizados em ambos, mas a EaD deles prescinde para sua implementação.

São “estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (Decreto 5622/2005, artigo 1º, § 1º) que caracterizam a especificidade da EaD, razão pela qual a “educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares” (Decreto 5622/2005, artigo 1º, § 1º). A “assincronicidade” do processo de ensino-aprendizagem e a “desterritorialização” do espaço escolar, por um lado, como já assinalamos, promovem a democratização da oferta e do acesso à educação. Por outro lado, exigem que o processo de ensino aprendizagem recorra a novas linguagens, recursos, formas de intervenção, relações didáticas, materiais etc.. Em consequência, o perfil exigido dos profissionais em EaD (professores, orientadores de aprendizagem, tutores, designers de conteúdos) será diverso daquele recomendado para os cursos presenciais.

A seguir, descrevem-se sucintamente as organizações curriculares dos cursos propostos na sua versão inicial de 2005/6. A estrutura curricular dos cursos deve ser compatível com as formas de oferta, os materiais didáticos e os recursos tecnológicos disponibilizados.

Estrutura curricular dos cursos

Os cursos do Telecurso TEC são estruturados em 3 (três) módulos sequenciais, com carga horária total de 800 (oitocentas) horas. Os planos de cursos são elaborados com base no Decreto Federal 2208/1997⁴, Resolução CNE/CEB 4/1999⁵, Parecer CNE/CEB 16/1999⁶ e na Indicação CEE 8/2000⁷. Os currículos são organizados com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico⁸.

A conclusão de cada módulo permite ao aluno obter certificação intermediária, correspondente a uma qualificação profissional própria:

1. Técnico em Administração Empresarial:

Módulos	Carga Horária	Qualificação/Habilitação profissional
I	260 horas	Assistente de Planejamento
I + II	530 horas	Auxiliar Administrativo
I + II + III	800 horas	Técnico em Administração Empresarial

2. Técnico em Gestão de Pequenas Empresas:

Módulos	Carga Horária	Qualificação/Habilitação profissional
I	260 horas	Assistente de Planejamento
I + II	530 horas	Gerente Administrativo
I + II + III	800 horas	Técnico em Gestão de Pequenas Empresas

3. Técnico em Secretariado e Assessoria:

Módulos	Carga Horária	Qualificação/Habilitação profissional
I	260 horas	Assistente de Planejamento
I + II	530 horas	Auxiliar de Eventos
I + II + III	800 horas	Técnico em Secretariado e Assessoria

4. Técnico em Turismo:

Módulos	Carga Horária	Qualificação/Habilitação profissional
I	260 horas	Assistente de Serviços Turísticos
I + II	530 horas	Assistente de Eventos em Serviços Turísticos
I + II + III	800 horas	Técnico em Turismo

5. Técnico em Vendas e Representação Comercial:

Módulos	Carga Horária	Qualificação/Habilitação profissional
I	260 horas	Auxiliar Administrativo de Vendas
I + II	530 horas	Assistente Comercial
I + II + III	800 horas	Técnico em Vendas e Representação Comercial

Na organização dos currículos dos cursos técnicos em Administração Empresarial, Secretariado e Assessoria e Gestão de Pequenas Empresas, o primeiro módulo é comum. Todos estão classificados na área profissional de Gestão – nos termos previstos pelo Anexo da Resolução CNE/CEB 4/1999 – ou no eixo tecnológico de Gestão e Negócios no atual Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT⁹.

A promoção de módulos depende de aprovação em exame público, no qual são avaliadas as competências de cada qualificação ou habilitação profissional, previstas na organização curricular.

Formas de oferta e materiais didáticos

O aluno pode desenvolver o itinerário formativo de três diferentes formas (ou modalidades)¹⁰: semipresencial, *on-line* ou aberta.

Na forma semipresencial, estão previstos encontros presenciais semanais com duração de, no mínimo, 6 (seis) horas nas *tec salas*¹¹ para turmas de até 35 (trinta e cinco) alunos. Cada *tec sala* conta com um professor-orientador de aprendizagem “responsável pela organização das aulas, registros de frequência e todo o apoio aos alunos durante a realização de atividades de estudo, pesquisa, debate e avaliação de aprendizagem nas aulas” (Ramal, 2011,11). Os planos de curso indicam que os momentos presenciais destinam-se a “esclarecer e sistematizar pontos fundamentais dos cursos, desenvolver as competências previstas, estabelecer vínculos afetivos, garantir o controle de qualidade por meio das avaliações” (São Paulo, 2006, 15-16). A sala, adequada ao estudo, deve estar provida de recursos: monitor de TV e aparelho de DVD, mesas e cadeiras escolares e computadores para acesso ao ambiente virtual do Telecurso TEC.

Na forma *on-line*, as turmas são permanentemente apoiadas por um professor-tutor “que atua a distância, como responsável pela organização das atividades, pelo registro da participação e dos trabalhos dos estudantes e pelo acompanhamento do processo de aprendizagem” (Ramal, 2011, 12). O tutor é o facilitador de aprendizagem autônoma do aluno; interage com os educandos em chats (síncrono), fóruns (síncrono ou assíncrono) e no próprio ambiente do curso, tirando dúvidas, avaliando, fazendo intervenções quando necessárias. O processo educativo é autogerenciado pelo educando, mas realizado em rede cooperativa.

Na forma aberta, o aluno faz o curso individualmente, acompanhando os programas pela TV aberta e pelos livros, podendo optar pela utilização de outros recursos didáticos disponíveis (ambiente virtual, cursos *on-line*, materiais impressos, CD-ROM e DVD).

O conjunto de recursos e materiais *off-line*, construídos para os cursos, envolve programas de TV, caderno/livros de aluno (com textos escritos e iconográficos) e DVDs. São elaborados numa linguagem acessível e didática, com uma programação visual atraente e motivadora, possibilitando a autoaprendizagem. Os programas de TV são produzidos para cada curso. Os livros do aluno apresentam o “conteúdo de maneira

didática, diagramado de forma a facilitar a consulta e a compreensão dos diversos temas abordados”; foram editados 7 (sete) livros correspondentes aos módulos de cada curso. Os DVDs contêm os “programas de TV gravados e disponibilizados para estudo pessoal ou o uso em TEC salas” (São Paulo, 2010, 15).

Os materiais e recursos *on-line*, com suporte de ambiente virtual próprio destinam-se a:

planejamento e a gestão de suas atividades; a comunicação, expressão e o registro de ideias, dados e informações; acesso às fontes diversificadas de pesquisa; resolução de exercícios, o cumprimento de tarefas de aprendizagem, a avaliação de seu desempenho e sua autoavaliação; condições para estudo, construção e produção de conhecimento; associação a grupos e trabalhos em equipe; comunicação interpessoal mais rápida e abrangente; integração em uma comunidade de aprendizagem com a qual poderá manter contatos presenciais e virtuais (inclusive em tempo real e em conexão simultânea com vários participantes ao mesmo tempo); espaços virtuais que possibilitam a construção coletiva do saber e melhor compreensão de si mesmo no contato e interação com outras subjetividades, tais como: sites institucionais, de grupos e pessoais; correio eletrônico; fóruns; mesas redondas; agenda; diário de bordo (Idem, *ibidem*, 17).

A EaD exige do educador um perfil diferenciado, com domínio de ferramentas da Internet, capacidade de interagir com os alunos para estimular a aprendizagem, iniciativa na proposta de trabalhos e atividades didáticas aos alunos, capacidade de explorar exaustivamente os materiais disponíveis. Para todos os professores do Telecurso TEC são propostos estudos de formação inicial antes de iniciar a docência em EaD e de formação continuada ao longo de trabalho no curso. O planejamento didático tem por base cada encontro presencial, com orientação e acompanhamento de especialistas no ambiente virtual.

Autorizações e credenciamentos

O CEETEPS credencia-se como instituição, por cinco anos, pelo Conselho Estadual de Educação, para a oferta de cursos de educação a distância, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio, e de Educação Profissional de Nível Técnico, pela Portaria CEE/GP 125/2005, com fundamento no Parecer CEE 145/2005, relatado pela Conselheira Neide Cruz e aprovado por unanimidade pelo Plenário do Conselho em 4 de maio de 2005.

No Relatório, a Professora Neide Cruz observa que “o CEETEPS não faz solicitação específica para nenhum dos cursos que pretende oferecer, limitando-se a solicitar seu credenciamento, deixando para momento oportuno a autorização para funcionamento de cursos”. A autorização de funcionamento dos cursos deverá ser feita “em expediente à parte, apresentando material específico para o desenvolvimento dos cursos pretendidos, proposta pedagógica e demais itens exigidos para cada um dos cursos”. A solicitação de credenciamento evidencia a

intenção futura de ofertar, em EaD, os cursos nomeados no Regimento Comum das ETECs.

Os planos dos cursos, previstos no contrato com a FRM, são encaminhados em maio de 2006 ao CEE para a competente autorização, nos termos estabelecidos pela Deliberação CEE 41/2004: Administração Empresarial; Gestão de Pequenas Empresas; Secretariado e Assessoria; Turismo; Vendas e Representação Comercial.

Com base no relatório circunstanciado dos especialistas designados pelo CEE e no Parecer CEE 424/2006 -- relatado pela Conselheira Suzana Guimarães Tripoli e aprovado por unanimidade pelo Plenário do Conselho -- a Presidência do Conselho expede a Portaria CEE/GP de 18 de setembro de 2006, autorizando o funcionamento de todos os cursos solicitados. No mesmo processo, as 119 (cento e dezenove) escolas técnicas estaduais existentes são autorizadas como subsedes.

Embora autorizados, são implantados 3 (três) cursos: Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretariado e Assessoria, cujos materiais didáticos são elaborados pela FRM. Alteração do contrato com a Fundação em novembro de 2006 suspende a edição dos materiais para os outros dois cursos.

A legislação estadual prevê o prazo máximo de 5 (cinco) anos para o credenciamento das instituições ofertantes de EaD. Em 2010, prescrito o primeiro credenciamento, há a necessidade de solicitar ao CEE a renovação, com base em novas normativas (Deliberação e Indicação CEE 97/2010) e simultaneamente adequar os planos de curso ao CNCT.

A Deliberação CEE 97/2010 exige que os estabelecimentos ofertantes em EaD juntem ao processo de credenciamento “regimento escolar específico para educação a distância” (artigo 9º, inciso IX). O Regimento Comum das ETECs do CEETEPS, em vigor na ocasião, prevê a possibilidade da oferta de cursos a distância, de: Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada; Educação Profissional Técnica de Nível médio; Ensino Médio; EJA em Nível de Educação Básica, em articulação com a educação profissional (artigo 5º). E acrescenta, no parágrafo único do artigo 107, que “as peculiaridades decorrentes do regime especial de organização dos cursos de educação a distância serão indicadas nos respectivos projetos de cursos, conforme dispõe a legislação”.

Os planos de curso de 2006 contêm as adaptações regimentais necessárias para a modalidade; no entanto, para o credenciamento será preciso anexar um regimento escolar próprio. A exigência de um regimento próprio recoloca a questão da vinculação acadêmica dos cursos. Atualmente são desenvolvidos, acadêmica e pedagogicamente, pelo Grupo de Estudos de Educação a Distância - GEEaD, vinculado à Unidade de Ensino Médio e Técnico - CETEC do CEETEPS. Todavia, o GEEaD é um grupo de estudos, não uma unidade de ensino. Os docentes nas ETECs são lotados nas unidades de ensino dos cursos, não no GEEaD. Provavelmente convenha se criar uma ETEC específica para EaD no âmbito da CETEC para desenvolver os cursos e abrigar a administração acadêmica e funcional dos profissionais de educação a ela vinculados.

O Ministério da Educação edita em 2008 o CNCT com o objetivo de regularizar a oferta de educação

profissional técnica de nível médio em âmbito nacional. Na esfera estadual, o CEE promulgou a Deliberação CEE 79/2008 com a finalidade de disciplinar a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de nível médio no sistema de ensino do Estado de São Paulo. Os cursos do Telecurso TEC mantêm suas respectivas nomenclaturas, sendo desenvolvidos em “caráter experimental” com base no artigo 7º da Resolução CNE/CEB 3/2008 e no artigo 3º da Deliberação CEE 79/2008, considerado o prazo máximo de 3 (três) anos. Na iminência de esgotar o prazo, as nomenclaturas e as organizações curriculares dos cursos foram adequadas ao CNCT, aproveitada a oportunidade do credenciamento. Por consequência, os cursos obtiveram novas nomenclaturas:

- Administração Empresarial para Administração;
- Secretariado e Assessoria para Secretariado e
- Gestão de Pequenas Empresas para Comércio.

A adequação das nomenclaturas e das organizações curriculares não esgota outras mudanças necessárias consequentes, tais como a revisão de todos os materiais e recursos *off line* (livros e programas de TV a exigirem nova edição atualizada) e adequação do ambiente virtual que hospeda material didático, documentação e registros pedagógicos e acadêmicos.

No credenciamento foi ainda solicitada autorização para novos polos, isto é, as escolas técnicas criadas a partir de 2006.

Com base no Parecer 372/2011, relatado pela Conselheira Guiomar Namó de Mello, a Presidência do Conselho expediu a Portaria CEE/GP, de 27 de outubro de 2011, pela qual: credencia por 5 (cinco) anos o CEETEPS para ministrar cursos a distância; autoriza o funcionamento dos cursos técnicos em Administração, Comércio e Secretariado; aprova o regimento escolar para EaD e autoriza o funcionamento dos polos nas ETECs existentes.

Cumprir registrar os aspectos favoráveis destacados pelos especialistas do CEE que visitaram o GEEaD e registrados no parecer:

- o profissionalismo e a transparência do responsável pelo grupo de Estudos da Educação a Distância – CETEC, Rogério Teixeira e de toda equipe envolvida em EaD;
- qualidade do material didático pedagógico;
- os processos de acompanhamento dos processos ligados à comunicação e produção do conhecimento;
- o investimento da instituição na formação e aperfeiçoamento em EaD. Neste caso, destaca-se o convênio junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- a relevância social do CETEC para a população do Estado de São Paulo;
- os recursos tecnológicos da instituição evidenciados no trabalho realizado.

O projeto-piloto e a implementação do curso

A implementação dos cursos é feita inicialmente na forma semipresencial, mediante o desenvolvimento de um projeto-piloto com a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, entre 2007 e início de 2009.

O projeto-piloto, para o programa, destina-se: testar o uso do material didático do Telecurso TEC pelos alunos e pelos orientadores de aprendizagem; avaliar os resultados da formação continuada dos orientadores de aprendizagem das tec salas; acompanhar e testar o funcionamento do ambiente virtual; acompanhar e testar instrumentos de gerenciamento e controle acadêmico; avaliar a metodologia pedagógica proposta.

Na Prefeitura Municipal de São Paulo, os polos são instalados em 5 (cinco) Centros Educacionais Unificados – CEU e em uma Escola Municipal de Educação Infantil - EMEF:

CEUs / EMEF	CURSO
Inácio Monteiro Rua Barão Barroso do Amazonas, s/nº - COHAB I. Monteiro/Cid. Tiradentes.	Administração Empresarial
Paz Rua da Paz, s/nº - JD. Vista Alegre / Brasilândia.	Gestão de Pequenas Empresas
Pêra Marmelo Rua Pêra Marmelo, 226 - Jd. Santa Lucrécia / Jaraguá.	Gestão de Pequenas Empresas
Rosa da China Rua Clara Petrella, 113 - Jd. São Roberto / Sapopemba.	Administração Empresarial
Três Lagos Estrada do Barro Branco, s/nº Jd. Noronha.	Secretariado e Assessoria
EMEF Presidente Campos Salles Rua Cavalheiro Frontini, 87 - São João Clímaco.	Administração Empresarial

A escolha dos CEUs e EMEF presta-se à finalidade declarada de democratizar o acesso e a oferta de educação profissional. Pela sua localização geográfica e situação social, com altos graus de vulnerabilidade social e econômica, os locais escolhidos em áreas periféricas do Município da Capital paulista atendem a esta proposta de inclusão social. O posto de EaD instalado junto à SEADS destina-se a qualificar funcionários da pasta.

Para a criação dos postos, havia necessidade de aprovação prévia do Conselho Estadual de Educação. O Parecer CEE 612/2007, aprovado na Sessão Plenária de 12 de dezembro de 2007, autoriza a instalação dos 7 (sete) polos solicitados. Cabe à Supervisão Escolar delegada, antecipadamente, verificar as condições da infraestrutura de cada polo e juntar relatório circunstanciado ao processo de solicitação e, após a aprovação, autorizar formalmente a instalação.

A implantação dos cursos nas redes públicas estaduais

De acordo com a LDB, a cada sistema de ensino cabe definir “as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação”; poderá haver “cooperação e integração entre os diferentes sistemas” (artigo 80, § 3º).

“A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional”, confirma o artigo 3º, *in caput*, do Decreto Federal 5622/2005. E o artigo 7º reitera que:

Compete ao Ministério da Educação, mediante articulação entre seus órgãos, organizar, em regime de colaboração, nos termos dos artigos 8º, 9º, 10 e 11 da Lei no 9.394, de 1996, a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos para, em atendimento ao disposto no art. 80 daquela Lei:

I - credenciamento e renovação de credenciamento de instituições para oferta de educação a distância; e

II - autorização, renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ou programas a distância.

Entretanto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desse Decreto, destinados à “padronização de normas e procedimentos para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos ou programas a distância (...) efetivada em regime de colaboração coordenado pelo Ministério da Educação”, previsto no artigo 29, não se cumpre. A ausência de padrões comuns resulta nas omissões de regulamentação na esfera de competência dos sistemas estaduais e em lacunas na oferta. Por vezes, a ausência de regulamentação justifica a negativa às solicitações de oferta, ou seja, os pedidos de credenciamento de instituições e autorização de cursos.

Segundo o documento “Legislação em EAD”, divulgado no site da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, a maioria das unidades federadas não dispõe de legislação estadual própria e “segue as normas do MEC” (Vide ABED, 2010, 7, por exemplo).

O Telecurso TEC, em parceria com a FRM, foi implantado nas redes públicas de educação em 3 (três) estados: São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Em Goiás foi desenvolvido na forma aberta no período junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia, responsável pela implementação de políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Estado. Nos outros 2 (dois) estados, os cursos foram oferecidos na forma semipresencial, nas escolas de ensino médio da rede pública estadual, vinculadas às respectivas Secretarias Estaduais de Educação.

A implantação do Telecurso TEC na rede pública da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, em 2008-2010, integra uma proposta de reformulação curricular de ensino médio na rede estadual, instituída

pela Resolução SE 83/2008, regulamentada pela Resolução SE 85/2008 e complementada pela Resolução SE 5/2009. Dentre os critérios para oferta de educação profissional e escolha das escolas participantes do programa destacam-se o atendimento “à demanda escolar estável, de significativa vulnerabilidade social e juvenil” e à ocorrência, “em seu entorno, [da] carência de equipamentos sociais que supram as demandas existentes”, segundo o artigo da Resolução SE 85/2008.

As bases legais para a implantação do curso no sistema paulista de ensino permanecem claramente definidas nas normas expedidas pelo órgão normativo. A parceria formalmente instituída pelos órgãos da administração estadual, cujas finalidades institucionais se complementam, acrescida da participação da FRM, permitiu que o curso técnico em Gestão de Pequenas Empresas, na forma semipresencial, fosse ofertado a um significativo contingente de alunos (mais de quarenta mil) das escolas públicas da periferia, em situação de vulnerabilidade social, da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

A partir de 2009, mediante contrato tripartite assinado com a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e a FRM, foi implantado na rede pública estadual, integrando o Programa de Educação Profissional para a Educação de Jovens e Adultos - PEP EJA, na forma semipresencial, os 3 (três) cursos do Telecurso TEC: Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas e Secretariado e Assessoria. Aproveitando as possibilidades apresentadas pelo Decreto Federal 5154/2004 e pelas alterações introduzidas na LDB pela Lei Federal 11 741/2008, os cursos foram desenvolvidos na forma articulada com o ensino médio, nos termos previstos pelo artigo 36-C. O programa envolveu 476 (quatrocentas e setenta e seis) escolas e mais de 20 000 (vinte mil) alunos, distribuídos por todo o Estado.

A implantação na rede pública mineira exigiu a elaboração de um adendo regimental específico para as escolas ofertantes do programa, com a finalidade de contemplar as peculiaridades do projeto do Telecurso TEC, entre outros, para adequar o sistema de avaliação e para possibilitar as certificações necessárias dos cursos. Os regimentos estaduais das escolas públicas mineiras estão sujeitos a normas próprias de avaliação dos alunos, que deveriam ser atendidas, envolvendo: instrumentos e periodicidade das avaliações, representação dos resultados, critérios de promoção e retenção, propostas de recuperação para alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem, progressão parcial, entre outros.

Ressalte-se ainda que o Conselho Estadual de Minas Gerais não emitiu normas referentes a cursos de EaD na sua esfera de competência, o que, em princípio, impedia o CEETEPS de expedir diplomas e certificações no sistema de ensino de Minas Gerais, na modalidade EaD.

No Estado de Goiás, os cursos foram ofertados na forma aberta, no período 2010-2011, sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. Para orientação de aprendizagem, os alunos dispunham dos livros e dos programas de TV em DVD. Em algumas cidades foram disponibilizadas salas para encontros presenciais, coordenadas por monitores. O CEETEPS elaborou os exames presenciais de conclusão do módulo.

O Conselho Estadual de Goiás estabelece a regulamentação da oferta de cursos em EAD pela Resolução CEE/CP 2/2008, na esfera do sistema estadual de ensino. As divergências de regulamentação em relação ao sistema paulista colocavam impedimentos em relação à forma presencial ofertada, ao credenciamento do CEETEPS junto ao CEE de Goiás e à certificação dos alunos. Havia necessidade de prévio credenciamento do CEETEPS como ofertante e compatibilizar os planos de curso às normativas estabelecidas no sistema de ensino goiano, especialmente quanto à convergência imediata para o CNCT. A certificação dos alunos coube a uma das escolas de educação profissional da rede estadual.

A implantação dos cursos no CEETEPS

A implantação inicial dos cursos no CEETEPS tem início em 2008 com a formação de 3 (três) turmas em 2008, na forma semipresencial, com a oferta dos cursos técnicos em Administração Empresarial e Secretariado e Assessoria. Os cursos destinam-se a funcionários administrativos da Administração Central e unidades de ensino próximas.

Nas escolas técnicas, a implantação começa no ano letivo de 2010, com a oferta dos três cursos autorizados na forma semipresencial. A estrutura legal necessária para o desenvolvimento dos cursos fora prevista com antecedência, considerada a autorização das unidades de ensino como polos. Propôs-se a oferta regular do curso nas escolas, ao invés de classificá-lo como um programa ou projeto implementado em período determinado, sem continuidade prevista.

A oferta de programas, como foram as implantações nas redes das Secretarias Estaduais paulista e mineira, em oportunidade única, exclui dos cursos os alunos retidos e evadidos, uma vez que a oferta é interrompida. Ao contrário, a oferta regular permite resgatar alunos retidos ou sujeitados a interromper os estudos, pelas oportunidades da sequência da oferta.

O ingresso nos cursos depende do exame classificatório (Vestibulinho). Os professores-orientadores de aprendizagem são recrutados dentre o corpo docente da escola. As experiências anteriores de implementação do Telecurso TEC propiciaram o aperfeiçoamento do projeto do Telecurso TEC nas ETECs.

Considerações finais

A Indicação CEE 1/1999 afirma que as normas gerais fixadas pela LDB e as aprovadas pelos órgãos normativos dos sistemas “devem balizar os procedimentos de fiscalização e supervisão dos estabelecimentos de ensino – públicos ou particulares”. A ação reguladora do Poder Público, na supervisão dos estabelecimentos de ensino, consiste em “verificar o cumprimento das normas legais e avaliar a qualidade do ensino ministrado à população escolar”.

Neste trabalho, apresenta-se um relato da constituição e implantação da educação profissional de nível médio no CEETEPS, na modalidade de educação a distância, com o resgate dos passos de sua implementação.

Enfatiza-se o cumprimento das normas legais e indicam-se algumas vicissitudes de transitar em territórios outros com normas e procedimentos diversos e, por vezes divergentes, mantendo o respeito pelas diferenças e buscando o aprendizado recíproco.

A parceria com a Fundação Roberto Marinho possibilita ao CEETEPS se apropriar do “modo de fazer” educação a distância, lastreada em muitos anos de experiência. Ao longo desses 8 (oito) anos, conseguimos o domínio das tecnologias, recursos, materiais e, especialmente, a formação de um grupo seleto de especialistas capazes de, autonomamente, planejar, acompanhar e avaliar cursos e programas da modalidade. Construímos conjuntamente instrumentos de planejamento e controle, compartilhados entre os envolvidos, do processo didático com a finalidade de buscar a qualidade dos cursos.

As relações com os órgãos normativos dos sistemas se orientam pela primazia dos benefícios potencialmente angariados pelos alunos e pela defesa do ensino público de qualidade como estratégia de democratização.

A convivência com parceiros de outras redes públicas de educação mostra que esses valores se disseminam entre os profissionais da educação. As experiências inéditas da oferta de ensino técnico em EaD nas escolas públicas de ensino médio permitem aspirar a possibilidade do financiamento público da educação profissional no Brasil. A implantação dos cursos na rede pública contaram com a dedicação e a competência de inúmeros profissionais de educação: professores, gestores do projeto, supervisores, coordenadores, inspetores, especialistas etc..

Não há como separar a supervisão escolar da coordenação do processo pedagógico. Alguns dos aspectos mencionados neste trabalho, certamente, merecem estudos e pesquisas, como o planejamento didático, as metodologias e linguagens empregadas, a integração curricular, a formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos, a administração acadêmica etc.. O termo “qualidade” foi pouco usado neste texto porque, intencionalmente, deseja-se que ele subjaza ao trabalho.

O Telecurso TEC representa uma das alternativas de democratização da oferta e do acesso à educação profissional pública no Estado de São Paulo.

¹ O artigo assinado pelo Professor Osvaldo Sangiorgi, neste número de *Doctrina*, relata a experiência de oferta de cursos de capacitação a distância, destinados à formação continuada e capacitação de docentes e funcionários, consoante a proposta dos artigos 62 e 87 da LDB.

² Participaram dessas reuniões iniciais, pelo CEETEPS, os Professores Renato Nogueira Saldini, Julia Falivene Alves e José Vitório Sacilotto. Representaram a FRM: Nelson Santonieri, Joaquim Antonio Gonçalves, Andréa Cecília Ramal e Nara Lucia Nonato (*in memoriam*).

³ O Conselho Estadual de Educação, enquanto órgão normativo do sistema estadual paulista de ensino, se manifesta por atos de acordo com a finalidade ou relevância do assunto: deliberações, indicações e pareceres. O parecer é “a opinião ou o voto do relator sobre matéria da competência da Câmara ou da Comissão Permanente” do Colegiado. A indicação é um “documento que deve refletir uma posição doutrinária sobre assuntos relevantes. Em alguns casos, o texto pode ser um encaminhamento ou justificativa de alteração de normas vigentes ou de expedição de novas normas”. A indicação “tem caráter normativo, em um sentido amplo”. A deliberação trata de “edição de novas normas, a modificação das vigentes ou sua revogação” (Vide http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/atos_conselho, acessado em 15/5/2013). O Conselho Nacional de Educação se manifesta por resoluções – que correspondem às deliberações – e por pareceres.

⁴ O Decreto 2208/1997 foi revogado pelo Decreto Federal 5154/2004.

⁵ A Resolução CNE/CEB 4/1999, institui diretrizes para a educação profissional, decorrentes do Decreto Federal 2208/1997. Foi expressamente revogada pela Resolução CNE/CEB 6/2012.

⁶ O Parecer CNE/CEB 16/1999 subsidia e justifica as normas estabelecidas pela Resolução CNE/CEB 4/1999.

⁷ A Indicação CEE 8/2000, aprovada em 5 de julho de 2000, estabelece as "diretrizes para implementação da Educação Profissional de nível Técnico no sistema de ensino do Estado de São Paulo", à vista do disposto no Decreto Federal 2208/1997. Esta indicação teve dispositivos parcialmente alterados pela Deliberação CEE 105/2011 e Indicação CEE 108/2010.

⁸ Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico foram publicados pelo Ministério da Educação em 2000 para servir de "fontes de inspiração para currículos autonomamente desenhados por equipes educacionais que atuam ou que venham a atuar na educação profissional de nível técnico" (Brasil, 2000, 7). A edição dos referenciais curriculares atende ao disposto no § 1º do artigo 7º da Resolução CNE/CEB 4/99, ao estabelecer que "para subsidiar as escolas na elaboração dos perfis profissionais de conclusão e na organização e planejamento dos cursos, o Ministério da Educação divulgará referenciais curriculares por área profissional".

⁹ O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi aprovado pela Portaria MEC 870/2008, implantado conforme a Resolução CNE/CEB 3/2008 e Parecer CNE/CEB 11/2008.

¹⁰ Neste artigo, adota-se o termo "forma" para designar as diferentes opções de participação do aluno no curso, para evitar confundir com a acepção de "modalidade" inscrita na legislação educacional brasileira vigente. Os documentos oficiais do Teccurso TEC e materiais didáticos utilizam o termo "modalidade".

¹¹ No projeto do programa, as turmas constituídas nos polos ou subedes são denominadas *tec salas*.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. Legislação em EAD. Disponível em <http://www.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento.440.pdf>. Acesso em 10/4/2013.

BRASIL. Lei Federal nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 10/4/2013.

BRASIL. Decreto Federal nº 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em 10/4/2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/1999, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf. Acesso em 10/4/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=4350.

BRASIL. Decreto Federal nº 5 622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm. Acesso em 10/4/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, 2008. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/anexos.php>. Acesso em 12/4/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria MEC nº 870/2008, de 16 de julho de 2008. Aprova o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: [\[pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/portaria_870.pdf\]\(http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/portaria_870.pdf\). Acesso em 10/4/2013.](http://</p></div><div data-bbox=)

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12759&Itemid=866. Acesso em 10/4/2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2008, 12 de junho de 2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/parecer_cne.pdf. Acesso em 10/4/2013.

GOIÁS, Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/CP nº 2/2008, de 22 de fevereiro de 2008. Fixa normas para credenciamento e renovação de credenciamento de instituições, autorização e renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos do sistema educativo do Estado de Goiás, na modalidade de Educação a Distância (EaD), em todos os níveis e modalidades educacionais. Disponível em: <http://www.cee.go.gov.br/?p=987>. Acesso em 10/4/2010.

RAMAL, Andrea. Curso de Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas, Secretariado e Assessoria – Módulo I. São Paulo: Fundação Roberto Marinho, 2006.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Indicação CEE nº 1/1999, de 3 de março de 1999. Fixa normas para autorização de funcionamento de estabelecimentos e cursos de ensino fundamental, médio e de educação profissional, no sistema estadual de ensino de São Paulo. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0895-0901_c.pdf. Acessado em 10/4/2013.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Indicação CEE nº 8/2000, de 5 de julho de 2000. Disponível em: http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=58191&acao=entrar. Acessado em 10/4/2013.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE nº 145/2005, aprovado em 14 de maio de 2005. Credenciamento da Rede de Escolas Técnicas do CEETEPS para oferecer cursos de educação a distância. Disponível em: http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=64206&acao=entrar. Acesso em 10/4/2013.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Portaria CEE/GP nº 125/2005, de 5 de maio de 2005. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 6/5/2005, seção I, p.17.

SÃO PAULO. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Ete/Regim_Escolar.html. Acesso em 10/4/2013.

SÃO PAULO. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Plano de Curso de Gestão de Pequenas Empresas. São Paulo, 2006.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE nº 424/2006, de 13 setembro de 2006. Autorização de funcionamento de cursos de educação a distância das Habilitações Profissionais Técnicas de Nível Médio: de Técnico em Administração Empresarial, Técnico em Turismo, Técnico em Gestão de Pequenas Empresas, Técnico em Secretariado e Assessoria e Técnico em Vendas e Representação Comercial

nos termos da Deliberação CEE nº 41/04. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 14/9/2006, seção I, p. 17.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Portaria CEE/GP nº 360/2006, de 18 de setembro de 2006. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 19/9/2006, seção I, p. 15.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE nº 612/2007, de 12 de dezembro de 2007. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 14/12/2007, seção I, p. 21.

SÃO PAULO, Secretaria Estadual de Educação. Resolução SE nº 83/2008, de 25 de novembro de 2008. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 26/11/2008, seção I, pp.55-56. Disponível em: http://desul3.edunet.sp.gov.br/GLegislacao/Resolucao_SE_83_25nov08_curriculo.htm Acesso em 10/4/2013.

SÃO PAULO, Secretaria Estadual de Educação. Resolução SE nº 85/2008, de 26 de novembro de 2008. Dispõe sobre os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, implementados, em 2008, na rede estadual de ensino, em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, de que trata o artigo 7º da Resolução SE nº 83/2008. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 27/11/2008, seção I, pp. 18-19.

SÃO PAULO, Secretaria Estadual de Educação. Resolução SE nº 5/2009, de 27 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a continuidade de estudos do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, implementado em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Disponível em: <http://lise.edunet.sp.gov.br/sislegis/detresol.asp?strAto=200901270005>. Acesso em 10/4/2013.

SÃO PAULO, Conselho Estadual de Educação. Deliberação e Indicação CEE nº 97/2010. Fixam normas para credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino e autorização de cursos e programas de educação a distância, no ensino fundamental e médio para jovens e adultos e na educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=65709&acao=entrar. Acesso em 10/4/2013.

SÃO PAULO. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Solicitação de Recredenciamento do CEETEPS como Instituição Ofertante de Educação a Distância. São Paulo, 2010.

SÃO PAULO, Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE nº 372/2011. Recredenciamento da Instituição com os Cursos Técnicos em Administração, em Comércio e em Secretariado, aprovação do Regimento Escolar para EaD e autorização para as novas unidades de ensino funcionar como polos, nos termos da Deliberação CEE nº 97/10. Disponível em: http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=67019&acao=entrar. Acesso em 10/4/2013.

SÃO PAULO, Conselho Estadual de Educação. Portaria CEE/GP nº 462/2011, de 27 de outubro de 2011. São Paulo, Diário Oficial do Estado de 28/10/2011, seção I, p. 43.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO CENTRO PAULA SOUZA

Prof. Dr. Angelo Luiz Cortelazzo

Prof. Dr. Dilermando Piva Junior

Resumo

O artigo traça um panorama das ações iniciais do Centro Paula Souza para ministrar cursos superiores na modalidade a distância, desde a concepção do projeto, no final de 2009, até o término das avaliações “in loco” realizadas pelo MEC/INEP, em março de 2013. Coloca como perspectiva institucional a criação de novos cursos superiores e a consolidação da parceria com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp, visando o desenvolvimento dessa modalidade de oferecimento de cursos. Com isso, espera-se conseguir uma expansão do ensino superior paulista com qualidade, além do benefício indireto da melhoria da qualidade dos cursos de graduação oferecidos presencialmente pelas Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs).

1. Um breve panorama

A educação universitária formal a distância ocorre há mais de 40 anos em diversos países como Inglaterra, Espanha, Israel, Estados Unidos e Japão. Uma das mais antigas Instituições que se dedica a Educação a Distância (EaD) é a Open University, fundada na Inglaterra em 1971. Na América Latina, os pioneiros foram o México e a Colômbia. Dados constantes do Censo/INEP mostram que a EaD no Brasil passou a crescer de forma acentuada a partir de 2005 e, em 2010, já havia mais de 900 mil alunos em cursos oferecidos dessa forma, representando cerca de 15% do total de matrículas, em contraste a menos de 0,2% em 2001.

Uma breve análise dos motivos que levaram a esse “boom” leva, em primeiro lugar, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que deu um espaço importante e decisivo para a EaD, colocando a modalidade em pé de igualdade com o ensino presencial, principalmente em termos de certificação. Em segundo, mas não menos importante, o desenvolvimento das tecnologias Web que permitiram, nos últimos anos, o desenvolvimento de materiais educacionais muito mais atraentes e com fortes bases de interatividade.

Contrariamente ao que ocorre na Educação Básica, credenciada para ministrar cursos EaD no seu respectivo Estado de atuação, é apenas o Ministério da Educação que centraliza os credenciamentos de Instituições para ministrar cursos superiores com mais de 20% de suas atividades desenvolvidas a distância. Tal determinação legal (§1º do artigo 80 da LDB) impõe uma série de procedimentos às Instituições que desejam ministrar cursos de graduação ou de pós-graduação semipresenciais ou totalmente a distância.

Foi pensando em desenvolver essa modalidade

de oferecimento e ampliar a inclusão no ensino superior que o governo do Estado de São Paulo, em 2008, criou o Programa Univesp que visou estabelecer parcerias com as demais Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais de São Paulo para o oferecimento de cursos superiores a distância.

Foi nesse contexto que o Centro Paula Souza, no final de 2008, firmou Convênio com a Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), visando o desenvolvimento de seu primeiro Curso Superior de Tecnologia elaborado na modalidade a distância, com o uso intensivo da web.

2. O Ingresso do Centro Paula Souza no Programa Univesp

A decisão do Centro Paula Souza em oferecer cursos superiores a distância começou a ser consolidada com a criação do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp (1), em 2008, dada a sua importância para a expansão do ensino superior público paulista, cuja participação no total de matrículas é da ordem de dez por cento.

Para ministrar cursos EaD as IES devem ser credenciadas pela federação, conforme prevê o art.80, § 1º, da LDB (2) e, assim, a primeira providência foi a entrada no sistema e-MEC para a inclusão de toda a documentação necessária, iniciada no final de 2009.

Para o credenciamento, três documentos são importantíssimos e necessários: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Os dois primeiros documentos foram elaborados sob a responsabilidade da Coordenadoria de Ensino Superior do Centro Paula Souza e aprovado nas instâncias competentes. O terceiro requeria, inicialmente, a escolha do curso mais adequado para iniciar a atuação da Instituição no EaD.

Depois de um estudo detalhado, foi escolhido o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial (CST-GE) para ser a primeira graduação a distância do Centro Paula Souza. O curso escolhido tem pertinência incontestável, pois atribui-se a baixa longevidade de micro e pequenas empresas (MPE) à falta de uma formação específica de seus proprietários. Apenas em São Paulo, mais de 700 mil donos de MPE têm apenas o ensino médio, o que representa quase metade dos empresários do setor. Pior, boa parte dos demais não têm sequer o ensino médio ou o fundamental concluído, elevando esse percentual para valores próximos a 80%.

O projeto pedagógico do curso escolhido estava passando por uma reestruturação nas Unidades que já o ministram de forma presencial e, após a sua homogeneização curricular, foi iniciado o trabalho de construção do projeto pedagógico do curso para EaD, terceiro documento necessário ao credenciamento institucional junto ao MEC.

Além das necessidades documentais, se fazia necessária a criação de uma cultura de EaD junto aos docentes e, talvez para possibilitar essa criação e preparar os futuros docentes, a necessidade de realizar o treinamento para atuação como “Professor Autor” de material instrucional, de “Professor Mediador Presencial” e de “Professor Mediador online”, funções imprescindíveis para a oferecimento de cursos a distância.

O primeiro grupo de professores, formado por 184 inscritos, teve uma formação visando o preparo de material instrucional para o curso, necessidade imposta para o credenciamento que estabelece um mínimo de metade desse material concluído para a solicitação de credenciamento. Dos inscritos, 125 concluíram o treinamento com êxito e foram certificados por terem obtido média final igual ou superior a sete, num total possível de dez pontos. Dos docentes certificados, foram escolhidos 72 professores para integrarem as equipes de desenvolvimento dos materiais didáticos das disciplinas do primeiro ao terceiro semestre do curso de Gestão Empresarial, de tal sorte, que cada disciplina pode contar com três docentes autores, um dos quais, seu coordenador. O critério de escolha, além da aderência da formação à disciplina a ser desenvolvida, foi usada a titulação como fator importante, inclusive constante das exigências estabelecidas pelo Ministério para o credenciamento.

Paralelamente, além dos documentos já citados (PDI, PPI e PPC), foi necessário o estabelecimento formal de uma série de estruturas exigidas pelo MEC como a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que a despeito de existirem de fato no dia-a-dia institucional das Fatecs não se apresentavam com o formalismo e composição exigidos. Esse material passou a compor a documentação que levou à abertura do processo de Credenciamento Institucional para EAD no Sistema e-MEC¹, em novembro de 2010.

Neste mesmo período, mais uma turma de professores foi treinada, especialmente para compor a equipe de professores-autores da segunda metade dos materiais didáticos do curso (as disciplinas do quarto ao sexto semestre). Em dezembro de 2010, essa segunda equipe já havia iniciado os trabalhos de construção desses materiais.

Para compor a equipe de professores e mediadores (on-line e presenciais) prevista no projeto de educação a distância foram realizados mais outros dois treinamentos, totalizando quatro capacitações. Essas capacitações foram apoiadas pelo Programa Univesp e têm seu resumo na Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de professores do Centro Paula Souza participantes do curso de capacitação em EaD oferecido em parceria com a Univesp.

Período da capacitação	Quantidade de inscritos	Número de aprovados
2009	184	125
2010	271	131
2011	123	48
2012	295	261
Total de professores capacitados		565

Fonte: Autores

3. Da Inclusão do Processo no e-MEC às Avaliações “in loco”

Depois da inclusão de toda a documentação necessária para o processo de credenciamento institucional do Centro Paula Souza na modalidade EAD junto ao sistema Federal, foram respondidas duas diligências do Ministério da Educação para complementação de informações junto ao sistema. Apesar das respostas terem um prazo de trinta dias, a análise da documentação inserida em novembro de 2010 só foi concluída no final de 2011 e o material, liberado pela Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) do MEC para o início das avaliações “in loco” por parte do INEP em janeiro de 2012. Só então, os processos de sorteio e agendamento das avaliações iniciaram e, mesmo assim, com um atraso superior a cinco meses, pois as primeiras indicações de avaliação só foram recebidas a partir de dois de junho de 2012.

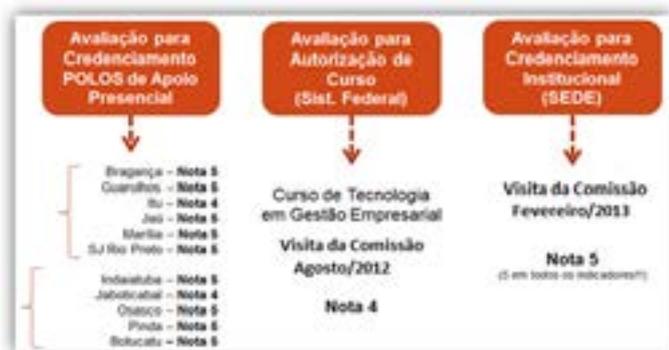
Finalmente, a primeira avaliação foi marcada para o período de 18 a 21 de julho de 2012, na Fatec Guarulhos. Foram ainda marcadas avaliações em outras 5 Fatecs no início de agosto (Bragança, Itu, Jaú, Marília e Rio Preto) e, posteriormente, as Fatecs de Indaiatuba, Jaboticabal, Osasco e Pindamonhangaba. Finalmente, já em março de 2013, foi visitada pela Comissão de Avaliadores, a Fatec Botucatu. Deste modo, 11 das 52 Faculdades que estão em processo de credenciamento foram visitadas. Normalmente, são escolhidos 10% do total de pólos que funcionarão após credenciamento mas, no caso do Centro Paula Souza, esse valor foi superior a 20%.

Nesse período, duas outras avaliações foram realizadas: aquela referente ao Projeto Pedagógico do Curso proposto, e aquela das instalações da Sede e a sua capacidade de desenvolver EaD.

A Figura 1, resume o desempenho do Centro Paula Souza em cada uma das avaliações, lembrando que as notas variam de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima.

¹ e-Mec é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de IES e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC. As IES podem acompanhar (pelo sistema) o trâmite do processo no MEC.

Figura 1. Desempenho do Centro Paula Souza nas avaliações realizadas pelo INEP/MEC no processo de Credenciamento da Instituição para oferecimento de cursos na modalidade EAD.



Fonte: Autores.

4. Os passos posteriores às avaliações “in loco”

Após as visitas das comissões e a validação dos relatórios por elas elaborados, o processo é encaminhado pela SERES do MEC para o Conselho Nacional de Educação (CNE). Lá, haverá a designação de um relator que analisará todo o material e elaborará um Parecer conclusivo sobre a solicitação. Tal documento, aprovado pela Câmara de Educação Superior do CNE será encaminhado ao Gabinete do Ministro da Educação, para seu deferimento, e consequente publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Essa publicação formalizará o Credenciamento do Centro Paula Souza para oferecimento de cursos superiores na modalidade a Distância e, a partir desse Ato, novos cursos superiores poderão ser oferecidos, respeitada a legislação do sistema estadual de ensino e com base na autonomia universitária da Instituição.

A Figura 2, ilustra todos os passos necessários, desde o cadastro do processo no sistema e-MEC até a publicação do Credenciamento Institucional no D.O.U.

Figura 2. Etapas do processo de Credenciamento Institucional para a modalidade a distância



Fonte: Autores.

5. Considerações Finais

Os cursos que estão sendo gestados pelo ensino superior estão baseados em forte utilização da internet. Assim, o material instrucional estará disponível online, mas também são previstas edições em papel e em áudio-livros visando a total inclusão de pessoas com deficiência visual. Tão logo o credenciamento seja aprovado, será marcado processo seletivo que poderá oferecer até 3.200 vagas/semestre nas 52 Fatecs que estão sendo credenciadas como polos de apoio presencial. Além do desenvolvimento de novos cursos, deverão ser aditadas ao processo de credenciamento as novas unidades que vêm sendo criadas pelo governo do Estado e que compõem a rede das Faculdades de Tecnologia em todo o Estado. Com a criação da Fundação Univesp como universidade, as parcerias com a Instituição tendem a ser ampliadas, possibilitando a consolidação do oferecimento de cursos superiores a distância pelo Centro Paula Souza.

6. Referências Bibliográficas

- (1) PIVA JR., Dilermando; NETTO, Marcio A.; LOYOLLA, Waldomiro; Processo de Produção de Materiais Didáticos: modelo adotado no Projeto Univesp. Anais do 17º CIAED. 2011, Manaus, AM. Anais do 17º CIAED. SP: ABED, 2011 (ISSN 2175-4098).
- (2) BRASIL 1996, Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Prof. Angelo Luiz Cortelazzo

Graduado em Ciências Biológicas (1983), Mestre (1986), Doutor (1989) e Livre Docente (1998) na área de Biologia Celular, sempre na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde se aposentou como professor do Instituto de Biologia em 2011. Fez pós-doutorado em Grenoble, França (1992-1994), trabalhando com paredes celulares vegetais. Foi Coordenador do Curso de Ciências Biológicas (1994-1998) e Pró-Reitor de Graduação da Unicamp (1998 a 2002). É membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo desde 2001 e Presidente da Câmara de Educação Superior, cargo já exercido no biênio ago/2004-jul/2006. De 2007 a 2012 teve sob sua responsabilidade a Unidade de Ensino Superior do Centro Paula Souza, autarquia responsável pelas Faculdades de Tecnologia (FATECS) no Estado de São Paulo. A partir de fevereiro de 2013 atua como Coordenador de Ensino a Distância junto à Fundação Padre Anchieta-Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). É avaliador ad hoc do MEC/INEP desde 1995.

Prof. Dilermando Piva Junior

Graduado em Computação pela PUC-Campinas (1993), é Mestre em Gerenciamento de Sistemas de Informação (PUC-Campinas, 1996) e em Engenharia Elétrica - Automação (Unicamp, 2005), área em que também se doutorou, em 2006, com tese sobre Inteligência Artificial e Ensino a Distância (2006). Atualmente é Coordenador de Educação a Distância para o Ensino Superior do Centro Paula Souza. Tem experiência nas áreas de Educação a Distância e Ciência da Computação e é um dos responsáveis pelos treinamentos de professores para atuação no EaD. Principais subáreas: Programação (Algoritmos e Engenharia de Software), Inteligência Artificial, Educação Online e Digital, Tecnologia educacional e Gestão Educacional. É membro do Comitê Científico da ABED e Avaliador ad-hoc do Ministério da Educação (MEC/INEP) e do Conselho Estadual de Educação do Estado de SP (CEE-SP).



CENTRO PAULA SOUZA

